



N.º 4

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFETUADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2020

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniu, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, no Auditório da Universidade de Évora, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia:**

**Ponto I – Com base no n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do Regimento da AME, a Mesa submete à deliberação da Assembleia o ponto:**

**1 - Resolução urgente de problemas estruturais da Escola Básica de São Mamede (proposta da bancada da Coligação “Afirmar Évora 2017”).**

**Ponto II – Nos termos da Lei n.º 75/2019, de 12 de setembro, a CME apresenta para deliberação da AME os seguintes pontos, exceto os n.º(s) 5 e 6, que será apenas para tomada de conhecimento:**

**1 – 8º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro /junho 2020;**

**2 – Pedido de Autorização para Abertura de Procedimentos Concursais para Recrutamento de Trabalhadores por Termo Indeterminado;**

**3 – Adenda aos Acordos de Execução Celebrados com as Juntas de Freguesia para 2020 (por prorrogação do prazo de vigência);**

**4 – Prorrogação do Serviço de Transportes Públicos de Passageiros Regular na Cidade de Évora – Parecer da AMT e Autorização do Compromisso Plurianual (para deliberação condicionado à aprovação na próxima reunião de Câmara);**

**5 – Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora do 1º Semestre de 2020 (para conhecimento);**

**6 – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo (para conhecimento).**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

**Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço**

**1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto**

**2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins**

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Paulo Jaleco, Ana Boto, Maria Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Maria Elmina Lopes, Frederico



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Carvalho, Carlos Cruz, Jorge Silva, Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, Jorge Lourido, João Simas, Joaquim Condeça, Maria Antónia Boieiro, Gertrudes Pastor, Isidro Lobo, José Russo, Jerónimo José, José Piteira, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro, Nuno Cabrita, Paulo Alexandre Correia, Diogo Estudante, Alberto Magalhães e António Maduro.

**Ausente:** Joaquim Pimpão

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) Sara Dimas Fernandes, Eduardo Luciano, Alexandre Varela, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

### PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Aberta a sessão o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou o trabalhador Fernando Gato, conhecido de todos, técnico municipal, sonoplasta que sempre acompanhou as Sessões da Assembleia, exatamente como na última sessão. O Sr. Fernando Gato faleceu, subitamente. Por essa razão, solicitou que a Assembleia lhe prestasse uma última homenagem guardando um minuto de silêncio em sua memória.

Observado o minuto de silêncio, lembrou que o Fernando Gato era um trabalhador muito estimado não só pelos colegas, mas por todos que com ele privavam. Acreditava que os Srs. Deputados Municipais seriam da mesma opinião.

Em seguida, perguntou se alguém do público pretendia usar da palavra, lembrando que os intervenientes só poderiam abordar assuntos, fora do contexto da ordem do dia.

Ninguém da assistência desejou intervir.

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJETO DE ATAS

#### **- N.º 4, DA SESSÃO DE 12 DE JULHO DE 2019**

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à ponderação do plenário o projeto da ata n.º 4, distribuído na plataforma eletrónica, convencionando os e se havia alterações a fazer.

O Sr. **Adelino Fonseca** propôs as seguintes alterações:

- Página 3 – Linha 1 - onde se lê “reunião, bem como que” deve ler-se “é bem como não fora um membro e não, apenas membros” ;
- Página 3 – Linha 18 - onde se lê “no sentido de dignificar órgão” deve ler-se “um Órgão como a Assembleia Municipal”;
- Página 5 – Linha 22 – “bom censo” é um erro otográfico, deve escrever-se “bom senso”.

Tendo em conta a preocupação com a aprovação das atas o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** ponderou e decidiu que há medida que as atas forem ficando prontas serão distribuídas na plataforma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

eletrónica, independentemente da distância temporal, para que os membros da Assembleia tenham tempo necessário para rever as atas, procedendo-se depois às retificações necessárias.

Assim, considerando as alterações sugeridas pelo Sr. Adelino Fonseca, e não se verificando mais pedidos de alterações, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** propôs a Ata n.º 4 /2020 para votação, lembrando que só podiam votar aos membros que tinham estado presentes nos termos do n.º3 do artº 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo.

A ata foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na deliberação **6** dos 32 membros presentes na sessão.

Em seguida, passou-se á apresentação dos pedidos de palavra, documentos e moções apresentadas à Mesa para discussão e votação, dando o Sr. Presidente da Assembleia a palavra ao Sr. **José Maria Figueira**, que referiu, ir proferir uma declaração política ao abrigo do art.º 34.º *“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Mesa da assembleia Municipal, Caros Colegas, Sr. Presidente da Câmara, Srs(as) Vereadores(as). A bancada da CDU apresenta uma declaração política contra a falsa democratização das CCDR’s pela exigência da Regionalização.*

*A CCDR é uma estrutura desconcentrada do Estado, sem autonomia política, administrativa e financeira, dependente das orientações e opções do governo, sendo que o Primeiro-ministro tem de acordo com o decreto-lei a prerrogativa de demitir o presidente da CCDR, caso não cumpra os objetivos e orientações governamentais.*

*O chamado processo democratização das CCDR’s com eleição prevista para 13 de outubro deste ano, do presidente e vice-presidente, decorre do acordo de 2018 entre o PS e o PSD e representa um simulacro e uma forma de adiamento do inadiável e cada vez mais necessário processo de regionalização constitucionalmente consagrado.*

*Estes dois partidos, foram e continuam a assumir-se como principais responsáveis pela inviabilização em concreto, por todos, os meios, da Regionalização em Portugal.*

*Para nós, mercê de outras preocupações e visões sobre a questão, bem como elementos contraditórios e dúvidas naturais do contexto, temos como opinião que a atenção não deve ser desviada do elemento principal porque é de natureza política, não de oportunidade ou instrumental estarmos perante uma mistificação de conceitos e um logro, apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando em soluções desconcentradas um fator de redução da exigência de uma descentralização, adiando mais uma vez a Regionalização.*

*Independentemente da consideração ou simpatia de cada um de nós, sobre os candidatos, o processo eleitoral, atípico e de natureza da estrutura devem obrigar-nos a dar mais valor ao elemento político, optando em coerência pelo voto em branco quer para o presidente quer para o vice-presidente, cujos colégios eleitorais são distintos, como a opção que melhor vinca o distanciamento ativo da manobra em curso.*

*Os Eleitos da Bancada da CDU na Assembleia Municipal de Évora.”*

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a declaração política não iria ser submetida a votação. Ficaria em ata sendo-lhe dada a habitual publicidade.

Não se registando mais pedidos de palavra, em continuação dos trabalhos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou com uma moção da CDU intitulada **O Governo deverá assegurar o esforço do pessoal não docente nas Escolas públicas e valorizar o seu papel no contexto educativa através da reposição da carreira de auxiliar de educação** solicitando à Sra. Elmina Lopes, que



apresentou o documento, na globalidade, ficando o mesmo em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Sobre a moção apresentada o Sr. **Ananias Quintano** começou por dizer que nem todo o pessoal não docente é da responsabilidade do governo, e que embora o rácio esteja a ser cumprido, não chega como todos sabem e o próprio governo sabe.

Relativamente à carreira não docente, concorda que seja valorizada, desde que as suas competências sejam bem definidas. Lembrou que da última vez que as competências dessa carreira foram revistas estavam bem mais desatualizadas. Concorda que o pessoal auxiliar deve ser valorizado mas vão votar contra porque nesta altura a proposta não é oportuna, mas oportunista.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **João Simas** que afirmou falar do que conhece. Conhece escolas há 10 anos e nessa altura havia empresas que faziam a limpeza. Neste momento, quando as aulas estão a decorrer, há algum tempo, os funcionários começam a ficar extenuados porque os poucos que existem estão a ficar envelhecidos com muita dificuldade em manter os espaços abertos porque têm a tarefa acrescida da desinfeção continua das salas de aula e dos restantes espaços.

Neste momento não se está a pensar no futuro, está sim a pensar-se no imediato, no dia-a-dia das várias escolas do país, no caso concreto na cidade e concelho de Évora.

Por sua vez o Sr. **Adelino Fonseca** considerou que a escassez de pessoal auxiliar nas escolas era um facto reconhecido por todos, inclusive pelo governo. No entanto, era do conhecimento de todos que o governo anunciou, concursos para o reforço destes funcionários nas escolas, de acordo com as respetivas necessidades.

Por um lado, o momento para apresentação da moção pela CDU foi despropositada no tempo, refere apenas a questão no sentido de procurar protagonismo, porque a mesma é bem conhecida, debatida e com a qual todos concordam.

Por outro lado, a preocupação, é efetiva e faz todo sentido como diz o povo “*é muito fácil ver um mosquito nos olhos dos outros e não ver um elefante nos nossos*”.

A Câmara Municipal antecipadamente sabia que as escolas iam reabrir, devendo ter algum cuidado. Tem fotografias onde se vê numa entrada que pessoas levam produtos para a escola, logo transmissores de doença, porque apresentam um grau de sujidade enorme, desde preservativos, garrafa, máscaras etc.

Neste contexto, o PS não poderia votar favoravelmente a moção, dado tratar-se de uma moção propagandista e eleitoralista, nada mais que mostrar as fotografias.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Maria Figueira** que começou por recordar que há dois anos a CDU fez uma audição sobre os problemas da educação. Há um ano o Sr. Ministro da Educação prometeu que ia contratar 1500 assistentes operacionais. Ao dia de hoje o Governo ainda continua a falar nos 1500 assistentes operacionais, quando é do conhecimento de todos que o número de necessidades a nível nacional é de 5000 trabalhadores.

Nem a promessa de há um ano serem necessários 1500 trabalhadores para suprir a necessidade de serem contratados e colocados nas escolas, foi cumprida.

A última intervenção mais não foi que uma manobra de diversão, não merecendo qualquer reação da bancada da CDU, apenas que “*de promessas está o mundo cheio*”.

O PS continua a prometer pessoal não docente para as escolas mas não cumpre sequer uma admissão para uma das escolas.



O Sr. **Jerónimo José** interveio para responder ao Sr. José Maria Figueira ao dizer que a última intervenção foi um número. Considerou curioso por ver sempre o PCP muito preocupado com a educação, e à semelhança de outros municípios, quando pode fazer a diferença e ter uma participação ativa na vida dos munícipes, e no que pode ser uma atratividade para o território em relação à educação a CDU não quer contratos sobre a educação devolvendo-as para o Ministério, bem como aquando da possibilidade de resolver o problema do ambiente não o resolve sem se perceber porquê.

E depois, existe sempre a preocupação que a população saiba que o PCP está muito preocupado com a educação e a sua qualidade.

Também são contra as CCDR's e Direções Regionais que por acaso podem ter uma palavra sobre o sistema de organização da educação ao nível regional.

Registou as palavras do colega deputado municipal, mas também não deixava de registar o tipo de posições controversas, apesar de as compreender, por oportunidade de calendário.

Por sua vez o Sr. **José Russo** afirmou perceber que o PS se sintam mal quando se fala nas questões referidas, não se pode esquecer que cada entidade tem que cumprir as suas responsabilidades que são claras, estão inscritas na Lei de quem são as responsabilidades.

Há responsabilidades do Governo, essas têm que ser cumpridas pelo Governo. As responsabilidades do Município têm que ser cumpridas pelo Município. As responsabilidades das Juntas de Freguesia, terão que ser as Juntas de Freguesia a cumprir.

Do que se fala é da ausência desse cumprimento por parte do Governo das suas responsabilidades. O PCP de há muito tempo a esta parte, e vai continuar a fazer, amanhã de manhã, irá juntar-se aos trabalhadores numa manifestação a reclamar e reivindicar as melhores condições de vida para quem trabalha. É por demais evidente, como os membros do PS reconhecem que os auxiliares nas escolas, são absolutamente necessários em todo o país não se percebendo porque não se resolve a situação. É espantoso passar-se um ano como o atual e não houve a atenção necessária para resolver o problema. O PCP irá sempre reclamar perante esta situação, por se entender que se trata de uma imensa injustiça o que está a acontecer nas escolas, bem como na saúde. Só quem não vê quem não quer ver. Ao considerar-se que sim deve reclamar-se, porque mesmo reclamando às vezes são ouvidos de mercador.

Face às intervenções verificadas, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pela CDU, **O Governo deverá assegurar o esforço do pessoal não docente nas Escolas públicas e valorizar o seu papel no contexto educativa através da reposição da carreira de auxiliar de educação**, que foi aprovado, por maioria 19 votos (13 CDU, 3 PSD, 1 BE, 1 Afirmar Évora 2017, 1 MMPI) e 13 votos contra PS (com 32 presenças na sala)

Antes de passar para outras matérias o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que tratandose de um documento sobre o mesmo assunto, fosse apresentada pelo Sr. **Bruno Martins** a moção do BE que é uma **Saudação à Escola Pública**, que passou a ler na íntegra, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Não se registando pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Saudação à Escola Pública** do BE, que foi aprovada por unanimidade com 32 presenças na sala.

Mais um tema sobre a educação foi apresentado pelo PSD, explicitando o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** que o documento é uma recomendação intitulada **Educação no Concelho de**





**Évora, Impacto Adaptação e Resposta à COVID-19**, sendo a mesma apresentada pela Sra. **Ângela Caeiro**, que fica em anexo a esta ata dela fazendo arte integrante

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** chamou a atenção para a proposta de recomendação, da realização de uma audição, sobre a questão da educação no concelho, lembrando que em Abril de 2018ª Assembleia Municipal realizou uma audição pública sobre o “Tema da Educação no concelho de Évora” Passados dois anos o tema continua atual, ficando à consideração da Assembleia.

O Sr. **José Maria Figueira** interveio referindo que iria reforçar a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de que a Assembleia já teve oportunidade, por proposta apresentada pela CDU, uma audição em que foram debatidos os problemas de educação no concelho de Évora.

Em seguida, referiu que muitas das questões tratadas são questões não só locais, mas também nacionais, que devem ser tomadas em consideração ainda que se possa fazer um aprofundamento desta questão que não abrange apenas o âmbito concelho ou distrital.

Assim, a CDU votara favoravelmente a recomendação.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Ananias Quintano** para referir, que à semelhança de 2018, não votarão favoravelmente a proposta.

Cominuum a pensar que existe uma Comissão Municipal de Educação, que integra elementos da Assembleia bem como outros elementos ligados à educação, que terá certamente muitos técnicos que melhor que uma audição poderão constatar como está a educação do território, mesmo sendo eles chamados, sempre que é necessário para fazer essa operação.

Ao fazer isso, pensa que se estão a esvaziar competências à Comissão Municipal de Educação.

O Sr. **Bruno Martins** começou por anunciar que o BE tal como há dois anos, iria votar favoravelmente, sabendo que também há dois anos os problemas não eram só concelhios. Pensa que este tipo de audição são sempre importantes para a democracia e dar voz, em especial a problemas existentes.

Terminou a saudar a recomendação, referindo que mesmo em tempo de pandemia será possível encontrar um espaço suficientemente grande. Considerou que não devem ouvir apenas um representante de país, mas sim um de cada associação de país, porque cada escola tem problemas necessariamente diferentes w ainda convidar um representante de cada associação de estudantes, para conseguirem ter a visão dos estudantes da cidade.

Também o Sr. **Frederico de Carvalho** interveio para referir não ter nada contra a recomendação, pese embora, existam alguns elementos que são sempre importantes de realçar. Concordeu com a audição muito bem-feita. Houve mérito da CDU, com uma audição bem estruturada, bastante ampla, plural. Não acredita que haja grandes diferenças de há dois anos atrás. É óbvio que se vive uma situação diferente, que suavizou alguns desses problemas, tornando outros maiores, que foi a pandemia. Como achou que a audição de 2018 foi bastante ampla e um pouco morosa, pensa que seria preferível substituir a audição por um debate que num dia desse a noção do que está por fazer.

Deixou a sugestão, com a ressalva de que seja qual for a decisão votará favoravelmente a moção.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** considerou que fazia todo o sentido, lembrando que na anterior audição a Assembleia Municipal convidou todos os Deputados eleitos pelo círculo de Évora, mas também todas as forças políticas com assento na Assembleia da República- Só não estiveram



representantes do Ministério da Educação, porque declinaram o convite. Mas, terá que ser a Sra. Ângela Caeiro a aceitar ou não a proposta para que a recomendação não refira expressamente o mês de novembro.

Voltando a intervir a Sra. **Ângela Caeiro** esclareceu que a proposta apresentada na sessão era para decisão de duas questões da adaptação à COVID-19 pelas escolas, e quais as maiores dificuldades que estão a sentir. A questão foi colocada neste momento, por se estar a meio do 2.º Período e já haver noção das dificuldades sentidas em cada escola e tentar encontrar em conjunto soluções o mais rapidamente possível, ainda no atual ano letivo.

Referiu que iriam manter a audição e retirar debate, aceitando um membro da Comissão de Estudantes e um de cada Associação de Pais. Tinham reduzido os intervenientes exatamente por causa do afastamento social, mas se a Assembleia considera que existe espaço suficiente, não se opõe que sejam convidados.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se, se mantinha o mês de novembro, e ao mesmo tempo se aceitava que se fizesse convite às forças políticas utilizando correio eletrónico, obtendo resposta afirmativa da Sra., Ângela Caeiro submeteu à votação a recomendação apresentada pelo PSD, **Educação no Concelho de Évora, Impacto Adaptação e Resposta à COVID-19**, que foi aprovado, por maioria 19 votos (13 CDU, 3 PSD, 1 BE, 1 Afirmar Évora 2017, 1 MMPI) e 13 abstenções do PS (com 32 presenças na sala)

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de mais um documento que chegou à Mesa, apresentado pelo PSD, pela Sra. Ângela Caeiro, uma proposta de recomendação que chegou sem tempo para ser colocada na plataforma eletrónica, sendo que o documento trata também da temática das escolas do concelho de Évora a Mesa propõe que a mesma seja tratada, e cujo título passou a ler **Contratação de Assistentes Operacionais para Escolas do Concelho de Évora**, passando a Sra. **Ângela Caeiro** a apresentar a recomendação, que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante

Depois da apresentação da recomendação, o Sr. **José Maria Figueira** afirmou que quando entraram a recomendação não tinha entrado, pensa que deve haver um lapso do PSD, no parágrafo em que refere que o processo de rescisão do contrato-programa entre o Ministério da Educação e a Câmara, veio no seguimento de um debate aprofundado realizado entre o Executivo Municipal e o Ministério da Educação e pelo não cumprimento unilateral desse contrato-programa pelo Ministério da Educação que levou a que o município não pudesse prosseguir nesse debate, quer na Assembleia Municipal quer no Executivo.

O PSD se entender no parágrafo que diz “em 2018 o Executivo por sua iniciativa (o que não é verdade), rescindiu literalmente (também não é verdade), o não cumprimento do acordo” retirar isto, a CDU não votará contra.

O Sr. **Ananias Quintano** interveio referindo, da mesma forma que disseram para a moção da CDU, sabem que o Governo está a tentar resolver todos os problemas apontados. Também é do conhecimento de todos que são problemas que se arrastam, assim como todos abem que não será com moções que se irão resolver, mas como como o Governo está a tentar fazer e a trabalhar. Também parece não ser oportuno, quando várias vezes e há poucos dias, membros do governo anunciaram que estão a procurar soluções para a questão do pessoal com concursos já feitos, estas são as razões do voto contra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Sra. **Ângela Caeiro** referiu que no início de mais um ano letivo os problemas continuavam os mesmos, sendo sempre os mesmos a reclamar por mais assistentes operacionais. O parágrafo que a CDU sugeriu, será retirado.

O Sr. **Adelino Fonseca** afirmou estar com uma dificuldade pelo que perguntou ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia como é que se pode votar um documento que acabou de chegar, apenas deu tempo de o ler, sem tempo para uma reflexão, interpretação de texto, em questão de rigor, cuidado e objetividade.

Antes de dar a palavra ao Sr. Bruno Martins, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que não foi a primeira vez que a Mesa recebeu, moções, recomendações, outros documentos e propostas, no início da Assembleia. O documento em causa foi entregue no início da sessão. Foi entregue já fotocopiado, tendo ficado à disposição dos membros da Assembleia. Não foi dos primeiros documentos a ser discutido pelo que terá havido algum tempo para o analisar.

O Sr. **Bruno Martins** em primeiro lugar saudou o PSD, que se tem empenhado na defesa da escola. É sempre bom ter mais gente deste lado. Em segundo lugar, lembrou que chegou antes da hora, apanhou os papéis lá fora onde estava a proposta de recomendação. Se o Sr. Membro da Assembleia Municipal quiser pedir um intervalo à Mesa para poder ponderar e refletir sobre o conteúdo do documento, está à vontade. A Mesa não terá problemas de ceder um intervalo para poder refletir.

Em nova intervenção o Sr. **Adelino Fonseca** garantiu que não estava no início porque entrou tirou todos os documentos que não tinha e o documento em causa não estava lá.

O Sr. **Ananias Quintano** referiu que ver o PSD tirar o parágrafo da sua moção, quando na verdade, na altura da votação, quando da passagem de transferência do governo para a Câmara Municipal, o PSD sabia todos os fundamentos, estando a referi-los, voltando agora atrás.,

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a recomendação apresentada pelo PSD, **Contratação de Assistentes Operacionais para Escolas do Concelho de Évora**, que foi aprovado, por maioria 19 votos (13 CDU, 3 PSD, 1 BE, 1 Afirmar Évora 2017, 1 MMPI) e 13 votos contra do PS (com 32 presenças na sala)

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o PS fez chegar à Mesa um documento cujo conteúdo já foi tratado em anteriores sessões da Assembleia, relacionado com o **Abastecimento de água a S. Manços**, desta vez, como recomendação. Em seguida solicitou ao PS que apresentasse a recomendação, passando a D. Florinda Russo, Presidente da União de Freguesia a fazer a apresentação, ficando a mesma em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** para referir que em termos práticos que a recomendação diz “*ponha-se água gratuita em S. Manços até que a questão da água fique resolvida*”. Como é referido no documento, desde o mandato anterior face à situação da água, a Câmara já pratica a isenção do pagamento da água para as situações em que comprovada e reiteradamente a água apresenta a situação que todos sabem,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Nos casos em que a situação é pontual, não sistemática a redução no pagamento é de 50%, pelo que não será correto que nos casos em que a água é fornecida com qualidade se verifique gratuitidade. Os números que conseguiu apurar durante a tarde, referente aos valores de desconto de 50%, do mandato anterior até ao momento atual, somam cerca de 98 mil euros de não cobrança.

Em resposta ao Sr. Presidente da Câmara, a Sra. **Florinda Russo** considerou que não era isso que se verificava.

Lembrou ter enviado no anterior mandato, uma listagem das pessoas que se dirigiram à Junta de Freguesia a reclamar. Uma cópia dessa lista foi enviada também para que fosse verificada a situação dessas reclamações. Isso não aconteceu. É verdade que quem reclama diretamente na Câmara, com grande esforço lhe é feito um desconto de 50%. Quem não se pode deslocar pela idade ou por outros motivos, não tem qualquer desconto. Existe discriminação ou não discriminação perguntou.

A verdade é que a água não tem qualidade em qualquer local da freguesia, pelo que não pode haver discriminação. O facto de ser mais ou menos turva, não tem qualidade e isso não se pode esconder de ninguém, como foi assumido pelo Sr. Presidente que a água não era de qualidade e que queria resolver o problema. Não se pode voltar atrás.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Maria Figueira** começando por referir que o Sr. Presidente da Câmara deu a explicação, de que efetivamente, existe uma diferenciação na liquidação da tarifa da água de acordo com o serviço que é prestado.

Parece de todo incorreto, que havendo consumidores em que a água pode ser utilizada corretamente deixem de pagar a tarifa da água, já os consumidores que a água está impropria é óbvio que não deve pagar um serviço que não lhes é prestado.

O valor que o Sr. Presidente da Câmara apresentou, não levanta qualquer dúvida. Mal seria que o Sr. Presidente da Câmara viesse à Assembleia Municipal prestar uma informação errada. Dizer o contrário é que não pode estar correto.

Se há municípios na freguesia que a água tem condições para ser utilizada, não parece correto que não paguem a tarifa da água. Se pelo contrário há municípios que nem sempre a água nem sempre nem sempre tem condições para ser consumida, tem todo o fundamento uma redução no valor a pagarem e os municípios que a água não tem nunca condições para ser consumida, também está certo que não paguem um bem que não recebem até que se criem condições de poderem consumir a água. Estas são as razões para a CDU não votar favoravelmente a recomendação apresentada.

Também o Sr. **Ananias Quintano** interveio, referindo ter percebido da intervenção da Sra. Presidente da Junta de S. Manços, que na verdade a água não tem qualidade em toda a aldeia, havendo locais com melhor qualidade. Mas foi dito de facto, que não há qualidade em toda a água de S. Manços.

O Sr. **Jerónimo José** começou por dizer que não iria acrescentar muito mais, lembrando a última Assembleia em que muitos fregueses de S. Manços estiveram presentes, deixando bem claro a toda a Assembleia o sentimento da população deixando bem claro que não tinha nada que ver com movimentos políticos. Na altura percebeu que alguns dos elementos de todas as bancadas na frente daquelas pessoas, concordaram que não tendo um abastecimento de água em condições, não tinham que pagar. No momento, verificava argúcias diferentes.

Em nova intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** disse que daria apenas, uma informação adicional para dizer “*todas as pessoas que se dirigiram à Câmara no sentido de equacionar a qualidade da*



água, foram convidadas pela Câmara a permitir o acesso às suas casas e foram técnicos da Câmara fazer análises à água de cada uma das casas. Pode haver outras casas a que a Câmara não tenha tido acesso, mas continua disponível para outros munícipes que disponibilizem as suas casas aos técnicos. A informação dos serviços é exatamente, que há situações na rede que a água está boa e outras onde há problemas pontuais, e há situações com problemas sistemáticos”. Esta foi a informação dos serviços, como é óbvio tem que confiar nas informações que recebe dos serviços.

O Sr. **Bruno Martins** começou por afirmar que se trata de um problema grave para os cidadãos de S. Manços, que na realidade são afetadas, e que não sabe qual a percentagem real, de habitações afetadas. Pensa contudo que a Assembleia o deve saber, de uma vez por todas. Na sala estão dois autarcas eleitos, em pleno exercício das suas funções que dizem coisas completamente opostas, mas a Assembleia parece saber a verdade.

A Presidente da Junta diz que 100% das pessoas que vivem em S. Manços estão afetados por problemas de água, e o Sr. Presidente da Câmara que diz que uma parte significativa dos moradores tem qualidade de água.

De uma vez por todas a Assembleia tem o direito de saber o que se passa na realidade sobre esta questão.

Por outro lado, a Junta diz que existe uma lista de pessoas a solicitarem à Câmara análises de água para lhes ser descontada a fatura.

Sem querer desconfiar de ninguém, pensa que está mais que na hora, da Assembleia saber de vez, o que se passa de concreto sobre a qualidade da água em todos os fogos de S. Manços.

O Sr. **Paulo Jaleco** considerou que ao fim de todo este tempo o que está em causa é a discussão de que uns pagam e outros não pagam. Para não haver uma discriminação negativa, pelos vistos, não se sabe quem tem ou não tem água em condições, irá votar a favor da recomendação.

A Sra. **Florinda Russo** voltou a intervir para relembrar o Sr. Presidente da Câmara, que quando referiu a listagem, que perfazia quase a totalidade dos habitantes de S. Manços, a resposta do Sr. Presidente, foi de que, não poderia atribuir um desconto a praticamente 100% da população. Tendo-lhe respondido que era praticamente 100% da população que se encontrava na mesma situação, com água nas condições que foram verificadas na Assembleia Municipal. Tendo sido verificado, por todas as forças políticas. Esta questão não é política, mas sim de saúde pública sobre a qual se deve refletir de uma vez por todas.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Frederico de Carvalho** que referiu que estão perante um problema muito grave, parece incontornável a falta de qualidade da água em S, Manços. Mas, é bom saber qual o número de pessoas na comunidade que realmente é afetada.

Se houver garantias que a esmagadora maioria tem esse grau de afetação, haverá a tendência de uma minoria se sentir melindrada quando a maioria ficar isenta, mas pensa que será a decisão mais acertada.

O Sr. **Presidente da Câmara** voltou a intervir para referir que não vê qualquer contradição. Se 100% da população não tem água em condições, 100% da população não paga a água.

Se 5% da população tem água em condições para utilizar, não percebe porque não pagam esses 5% a água que utilizam.

É a prática que a Câmara tem adotado. O que tem sido feito é quem solicita e quem permite o acesso às suas casas, as análises são feitas para se verificar a situação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Também é importante esclarecer, como foi dito na Assembleia, que estão a começar a ser desenvolvidos esforços para começar a dar resposta à situação e a razão por que só agora se consegue iniciar essas respostas.

Já há as primeiras indicações da primeira fase da prevenção que poderá ser feita. Há ainda algumas dúvidas sobre qual o tipo técnico de intervenção na primeira fase. Logo que esteja esclarecido, procurar-se-á resolver a questão, apesar de todas as dúvidas técnicas que existem sobre a origem do problema. A resolução do problema da água em S. Manços é fundamental.

Relativamente às outras questões, são os 100% que estão afetados, mas há pessoas que normalmente não têm problemas.

Discriminação porquê, porque não têm água em condições, com toda a sinceridade, não vê qualquer discriminação nestes casos.

Em nova intervenção a Sra. **Florinda Russo** considerou que se tentou realmente resolver os problemas existentes. Perante um problema tão grave a população de S. Manços quer que exista uma vinculação ao cumprimento do que se está a dizer e que se faça alguma coisa, a população quer pagar a água. O que pede é que não se pague até haver início de alguma coisa. Apenas pede isso

Nova intervenção do Sr. **Frederico de Carvalho** para sugerir a seguinte alteração na redação do texto, na penúltima linha “...na Freguesia de S. Manços, a todos os fregueses que comprovadamente não tenham água de qualidade no abastecimento...”

Esta seria uma forma de que o discurso do Sr. Presidente da Câmara vai de encontro às necessidades dos fregueses de S. Manços.

Também a Sra. **Ana Luísa Botto** interveio para referir que o assunto da água de S. Manços, já foi discutido várias vezes na Assembleia, já foi desmontado, as peças são de todos conhecidos. Nesse sentido apenas perguntar qual era a origem da água que chega à Junta de Freguesia de S. Manços, é a mesma. O problema principal é que as condutas estão todas inquinadas e têm que ser todas alteradas, pelo que a verba disponível não existe.

A verba é muito elevada, o Sr. Presidente já falou sobre essa verba. Pelo que a questão é que uma casa pode ter água em melhores condições outra ao lado pode ter em piores melhores condições, mas não acredita que algum habitante tenha água em condições a 100%.

A Sra. **Florinda Russo** respondeu que se for tido em conta a alteração proposta ao texto pelo Sr. Frederico de Carvalho é pedir para comprovar e já andam há quase 8 anos a tentar provar que é um problema geral e vai ficar tudo na mesma. O problema continua, os técnicos vão a casa analisar a água, deixam morrer a água e depois é que analisam

A recomendação fica como foi apresentada, sem qualquer alteração.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a recomendação apresentada pelo PS, **Abastecimento de água a S. Manços** que foi aprovado, por maioria 17 votos favoráveis (13 PS, 3 PSD, 1MMPI) e 13 votos contra (13 CDU) e 2 abstenções (1 BE, 1 Afirmar Évora 2017), (com 32 presenças na sala)

Declaração de voto do Sr. José Figueira “A bancada da CDU votou contra a recomendação porque em face da reflexão que aqui foi feita, ficou claro que mais do que fazer distinção entre os municípios da freguesia de S. Manços que usufruem de água sem qualidade há uma intenção política de generalizar o não pagamento da água independentemente do serviço que é prestado.



Como isso pode roçar a ilegalidade do próprio serviço não ser pago quando é prestado em condições como também a intenção face até a propostas de alteração de intenção política de usar um problema de saúde pública que é verificado e assinalada por todas as bancadas, há uma intenção política de usar esta situação”.

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins “O BE absteve-estando solidário com todos os cidadãos e cidadãs seja em S. Manços ou qualquer outro ponto do concelho que tenham problemas no abastecimento de água. Mas, de facto, não podemos tolerar que exista uma divergência tão grande entre dois autarcas eleitos, enquanto um problema tão sério, nem tão pouco julgo que possamos admitir num órgão como a Assembleia Municipal, sejam ditas coisas como “ os técnicos vão analisar a água a casa” “deixam morrer a água primeiro e depois é que analisam ”-

Estão a ser colocados em causa os serviços municipais, o que é extremamente greve. Se isso for verdade dá direito a um processo-crime que espero que a Sra. Presidente de Junta se dirija ai Ministério Público para apresentar queixa rapidamente, uma vez que há um problema demasiado sério com o qual não se deve brincar”.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de mais uma moção, oriunda do BE intitulada **Contra o Processo de Eleição Indireta dos Presidentes das CCDR e Pela Instituição Efetiva das Regiões Administrativas** passando o Sr. **Bruno Martins**, a apresentar a moção, que fica, em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante

Depois da apresentação da moção, o Sr. **Jerónimo José** afirmou que a posição da moção era divergente da posição do PS no respeitante às CCDR. São favoráveis à Regionalização mas no momento consideram que terá que ser feito à semelhança do que foi feito anteriormente, que não foi vinculativo, tendo-se respeitado o documento existente. É necessário demonstrar a quem tem uma palavra a dizer sobre as suas regiões, que o pode fazer através das CCDR, pode ser benéfico e conseguir-se uma sensibilidade diferente para ser novamente referendado a Regionalização.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pelo BE, **Abastecimento de água a S. Manços** que foi aprovada, por maioria 14 votos favoráveis (13 CDU, 1 BE) 14 votos contra (13 PS, 1 Afirmar Évora 2017) e 4 abstenções (3 PSD, 1 MMPI, (com 32 presenças na sala), tendo o Sr. **Presidente da Mesa** exercido o voto de qualidade favorável.

O Sr. **Jerónimo José** interpelou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal por ter ficado com a impressão que faltava um membro da CDU, ao que o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu de imediato que sim, que faltava um membro na bancada da CDU

Declaração de voto do Sr. Frederico Carvalho “Não obstante reconheçamos no Afirmar Évora 2017 que o processo foi mal desenhado, pouco amadurecido, carecendo de maior debate. Como já afirmámos, não entendemos, nunca reconhecemos que a alternativa seja pela via da Regionalização, mas sim por uma descentralização séria, aprofundada e pobremente debatida.”

Mais um documento de que o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento, uma saudação vinda do BE aos **41 Anos do Serviço Nacional de Saúde** tendo a mesma sido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

disponibilizada a todos os membros da Assembleia o Sr. **Bruno Martins**, apresentou a saudação, que fica, em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante

O Sr. **José Maria Figueira** interveio para fazer a seguinte correção ao texto, onde se lê “VCV” deve ler-se “PCP” porque foi o PCP

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a votação a saudação apresentada pelo BE, **41 Anos do Serviço Nacional de Saúde** que foi aprovada, por unanimidade com 32 votos a favor, (com 32 presenças na sala).

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento, de um novo documento, uma recomendação vinda do PSD sobre a **Criação de Um Gabinete Municipal de Psicologia para o Concelho de Évora** tendo a mesma sido disponibilizada na plataforma eletrónica a todos os membros da Assembleia, ainda assim a Sra. **Ângela Caeiro**, apresentou a recomendação, que fica, em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Presidente da Câmara** afirmou que a recomendação o surpreendia por tratar de uma questão claramente ligada à saúde mental e da estrita competência da Administração Central. Compreenderia que houve esta recomendação à ARS.

Lembrou que houve alterações fundamentais na saúde mental e que de momento há uma resposta para os problemas da saúde mental que em Portugal tem que ser resolvido a nível nacional.

Referiu que a Câmara tem um gabinete que acompanha os seus trabalhadores, que é composto por um psicólogo, um médico, um enfermeiro a tempo inteiro, um técnico de saúde a tempo inteiro. O psicólogo tem dado apoio à população aquando do confinamento, munícipes se dirigiram à Câmara afetados psicologicamente.

Terminou a intervenção ao afirmar que pode ser refletida na Assembleia a questão, concorda que é necessário acompanhamento a nível da saúde mental, mas não depende da Câmara.

O Sr. **José Maria Figueira** considerou que a explicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a matéria em questão, é bastante elucidativa, sendo do conhecimento de todos que infelizmente a nível nacional e distrital alguns dos serviços estão desativados.

Nesse sentido a CDU propõe ao PSD que em vez da recomendação ser dirigida ao Município, a mesma seja dirigida à ARS.

Sr. **Frederico de Carvalho** concordou com a intervenção do Sr. José Maria Figueira. Ou se falava num gabinete de municipal ou então que se referisse a uma rede mais ampla, dirigindo-se à ARS, tendo em conta o histórico do serviço de psiquiatria no HESE, que está muito aquém do que já existiu num passado recente.

O seu sentido de voto será favorável se for considerada a alteração.

Seguiu-se a intervenção da Sra. **Ângela Caeiro** que referiu que o gabinete já existente poderia evoluir uma parte para apoio psicológico. A ideia, é além dos funcionários da Câmara, pensar nas pessoas que não têm meios para irem a um psicólogo, tendo conhecimento que a Câmara tem esse serviço.

É verdade que existe um grande deficit de psicólogos e algumas Câmaras têm esse apoio para as pessoas mais necessitadas.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em nova intervenção, o Sr. **José Figueira** chamou a atenção de que a competência na +área da saúde é do Ministério da Saúde. Que essa competência ainda não está transferida para as Autarquias e que deve estar demorada essa transferência.

A competência da Saúde Mental é do Ministério da Saúde e da Administração Central pelo que a reformulação feita pela bancada do PSD não é convincente. A bancada da CDU votará contra se, se mantiver igual.

O Sr. **Presidente da Câmara** reiterou o esclarecimento de que para os trabalhadores da Câmara já existe um psicólogo, para apoio no âmbito da Reinserção Social, o psicólogo dá apoio sempre que é solicitado.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pelo BE, **Criação de Um Gabinete Municipal de Psicologia para o Concelho de Évora** foi aprovada, por maioria 17 votos favoráveis (13 PS, 3 PDS, 1 MMPI) 13 votos contra (13 CDU) e abstenções (1 BE, 1 Afirmar Évora 2017), (com 32 presenças na sala).

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento, de um novo documento, um **Voto de Louvor** ao **GRUPO PRÓ-ÉVORA**, apresentado pela **Coligação “Afirmar Évora 2017** que a Sra. Luísa Boto passou a ler, que fica, em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Não se verificando intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a votação o **Voto de Louvor ao Grupo Pró-Évora** apresentado pela Coligação “Afirmar Évora 2017, que foi aprovada, por unanimidade com 31 votos a favor, (com 31 presenças na sala).

O Sr. **José Russo** solicitou informação sobre uma interpelação à Mesa sobre a reposição das freguesias, o tempo para resolver a situação vai passando e não se sabe nada. Tendo em vista as eleições autárquicas, o tempo está a esgotar-se,

Só queria deixar a preocupação à Assembleia, para se saber junto da Assembleia da República se há alguma resposta ou indicação em relação a esta matéria, sabendo-se da proposta de decreto-lei do governo sobre a questão

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que foi dado o tratamento normal à moção aprovada, Foram enviados ofícios às entidades referidas na moção.

O Gabinete da Presidência da República e o Gabinete do Primeiro-Ministro responderam, apenas acusando a receção.

Não tem ideia de ter recebido nenhuma correspondência que tecesse alguma consideração além de acusarem a receção.

Na próxima Assembleia será dado conhecimento de todas as respostas recebidas.

Não havendo nada mais a tratar no PAOD o Sr. **Presidente da Assembleia** deu-o por encerrado e sugeriu um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite pelos presentes.

O Sr. **Presidente da Assembleia** retomou os trabalhos concedendo a palavra ao Sr. Frederico Carvalho da Coligação “Afirmar Évora 2017”, para apresentar a proposta n.º 1, para deliberação.



## PONTO I - 1 – RESOLUÇÃO URGENTE DE PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA ESCOLA BÁSICA DE SÃO MAMEDE

O Sr. **Frederico Carvalho** começou por dizer que não iria ler o texto na íntegra. Por não só, ser muito extenso, e também porque quer ter algum tempo para poder responder a questões que lhe sejam colocadas.

O pedido de agendamento do ponto, está relacionado com problemas que há bastante tempo se arrastam numa escola básica de Évora.

Uma escola que só por si, já vem de uma adaptação de um convento. É normal que todas essas vicissitudes num edifício secular, com previsão de obras de ampliação, tendo sido garantido há um ano, aquando numa sessão da Assembleia Municipal estiveram representantes dessa escola, pais, docentes e funcionários, que o mais rápido possível seria dado início à empreitada.

É uma escola com enormes constrangimentos acrescidos, que advêm da atual conjuntura COVID. O que se pede é que se faça uma chamada de atenção ao Executivo, que de uma vez, tenha a mesma atenção e carinho e mesmo alguma discriminação positiva na atenção a essa exceção daquelas instalações obsoletas, que com todas as dificuldades os funcionários que aquela comunidade vive, que o Executivo tenha esse desempenho perante todos eles.

Os alunos são quem mais sofre, mas há toda uma comunidade que espera melhores condições.

A Sra. **Ana Luísa Botto** interveio para afirmar que a bancada do PS corroborava da proposta da Coligação “Afirmar Évora 2017”.

Foi realizada uma visita no passado dia 4 de Setembro, por elementos do PS, pela Sra. Vereadora e por si própria enquanto membro da Assembleia Municipal e ainda pelo Presidente da Freguesia do Centro Histórico. Foi constatado que as obras continuam, Estiveram suspensas durante bastante tempo e o espaço mostra cada vez mais as necessidades das crianças que a frequentam.

Associada à COVID, as rotinas das crianças e adultos foram agravadas de forma drástica. Observaram um espaço exíguo com 215 alunos distribuídos por 9 turmas em salas que não têm de forma nenhuma capacidade para manter o necessário distanciamento necessário. É o edifício que a escola tem. Não há muito a fazer. Foi também referido a existência de um corredor contíguo, que é ocupado pelas 215 crianças quando não há aulas e ainda um refeitório são feitas por turnos, iniciando-se por volta do meio-dia terminando pelas 14 horas.

São 9 turmas com 5 funcionários a tentar controlar toda a logística para que as crianças de uma faixa etária entre os 6/11 anos, não corram, não andem muito juntas.

Outra coisa que chamou a atenção foi a preocupação do corpo docente no que se refere a delinear estratégias e fazer propostas à Câmara, em conjunto com a Associação de Pais e com outros parceiros da comunidade que disponibilizaram espaços onde pudessem decorrer as AEC's, e a forma de distribuir as turmas, duas de manhã e duas durante o período da tarde para que não estivessem os 215 alunos nas instalações da escola.

Salientou ainda a preocupação apresentada pela coordenadora da escola, o facto de haver elementos do corpo docente com problemas de saúde grave e continuam a lecionar bem como alunos problemas de saúde que potenciam problemas de COVID.

Para o PS, cada caso é um caso, cada escola é uma escola, e concordando com o Sr. Frederico Carvalho com temáticas diferentes, mas devem ser feitas todas as diligências de forma a salvaguardar os interesses das crianças.



Seguiu-se a intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** que começou por agradecer ao Sr. Frederico Carvalho por ter levantado a questão, referindo de seguida as seguintes notas.

- Em primeiro para dizer que cada escola é uma escola. O município tem dezenas de escolas no concelho o que leva, como é óbvio a questões de tratamento desigual, do qual não se abdica.
- Esta escola tem tido um olhar particular ao longo dos anos, tem sido alvo dos vários Executivos pelo que se descobriram alguns problemas. Alguns de fácil resolução, outros nem tanto assim. Nos últimos tempos decorreram nos três pátios problemas que têm afetado as aulas. Foi também falado nas obras que não podiam ser executadas, foi explicado que decorre de um problema diferente,
- Na pandemia COVID, foi procurado com cada um dos agrupamentos disponibilizar muito além das possibilidades do município, na boa vontade de encontrar soluções para minorar os problemas da exiguidade das salas, o problema das turmas com elevada dimensão, o problema da falta de professores, encontrar espaços como refeitórios, os transportes das áreas limítrofes, que são problemas do concelho e de todo o país.
- O Executivo tem também procurado dar resposta ao que a DGEST coloca, como desdobramento de horários, que a DGEST recusou liminarmente.
- Através do diálogo e compreendendo todas as dificuldades foi procurado responder e melhorar os problemas que existem.
- Parece-lhe que apesar de um conjunto de problemas reais será bom não esquecer os esforços feitos para os enfrentar e tentar resolver.

Seguiu-se a intervenção da Sra. **Vereadora Sara Fernandes** que começou dizer que se iria referir a algumas questões que acompanhou de mais perto, e sobre as quais o Sr. Presidente já disse algo.

Afirmou que de facto não podia estar mais de acordo com a frase “*olhares diferentes para problemáticas diferentes*”. Desde julho após a realização do Conselho Municipal de Educação reiniciou-se de imediato a preparação do novo ano letivo contando com as dificuldades acrescidas que iriam surgir.

A ideia foi tentar perceber agrupamento a agrupamento, escola a escola, o que era necessário além do normal, para início de ano letivo. A escola de S. Mamede foi também equacionada, foram criados grupos de trabalho com técnicos da Câmara e Proteção Civil com variadas frentes de trabalho desde pessoal não docente, equipamento informático, equipamentos e obras, medidas extraordinárias COVID e por último as medidas de contingência. A Câmara Municipal organizou para cada um dos agrupamentos, para cada um dos estabelecimentos de ensino o apoio à construção dos planos de contingência, não existia nenhuma diretiva nem nenhum apoio do ponto de vista central.

Os Planos de Contingência são essenciais na preparação deste ano letivo, foi neles que encontraram muitas das soluções que foram aparecendo.

A escola de S. Mamede é a única escola básica do Centro Histórico, existe por ela um carinho muito especial. É uma escola que tem sido martirizada com a quantidade de obras e o tempo que demoram. É um facto que tem sido muito intervencionada, o que significa um investimento permanente quase ao longo de todo o tempo que sempre houve qualquer coisa a melhorar, como é bem caracterizado nos considerandos é uma escola situada num edifício histórico.

Nos considerandos queria apenas referir a questão das obras, passou uma informação à Assembleia Municipal em novembro de 2019 dizendo que o problema das escavações arqueológicas estava resolvido e que seria lançado novo procedimento, que ficou deserto.

Só em janeiro 2020 foi lançado novo procedimento com a confirmação de que havia um empreiteiro, que se o prazo fosse alongado, concorreria. Esse procedimento ficou concluído em abril. Em maio o



empreiteiro visitou a escola, em plena época de COVID, referindo o empreiteiro que não conseguia arranjar pessoal para trabalhar na obra antes de setembro-

A obra vai começar, com a garantia de todas as condições de segurança que uma obra exige.

Chamou a atenção de que em S, Mamede estão 5 Assistentes Operacionais para todas as tarefas, como vigilância, limpeza e acompanhamento dos alunos. Estão outros 5 Assistentes Operacionais que a Câmara Municipal põe só para as refeições (confeção e acompanhamento dos alunos durante este período).

Sobre o que é proposto, não considerou nada justo solicitar ao agrupamento de escolas que se imiscua na Portaria. Se existe um agrupamento que tenha feito protestos junto ao Ministério da Educação para alteração da Portaria dos rácios, tem sido este agrupamento. Tem sido muito martirizado porque tem um pessoal não docente muito envelhecido. No ponto 1, propôs que fosse retirado o agrupamento dessa responsabilidade.

Em termos das propostas feitas à Câmara Municipal, não está de acordo, dizendo que o esforço que já fizeram em termos de reforço das AECs, foi substancial, já se assumia 30% de todo o plano de enriquecimento curricular. Este ano o orçamento passou para 45%.

Como é dito cruamente que a Câmara Municipal não aceitou a oferta da Associação de Pais, na coordenação da escola. Em agosto foi-lhe apresentada uma proposta de retirar todos os primeiros e segundos anos, todas as manhãs da escola para outro espaço, e da parte da tarde todos os terceiros e quartos anos, que ficariam numa parte da Câmara Municipal em atividades de tempos livres. Não estavam assegurados esses espaços, eram necessários, no mínimo 5 espaços diferentes. Se fossem longe da escola teria ainda que haver transporte, que também não estava assegurado.

Não havia planos de contingência para os vários espaços que foram referidos, apenas o Centro de convívio da CME que o tem, continua disponível mas o agrupamento diz não necessitar.

Nenhum dos espaços estava garantido ou assegurado. Dia 10 de setembro deram conta que a Associação de Pais contava com o espaço das Alcaçarias de convívio, mas não tinham sido dados nenhuns passos oficialmente, para prepara os espaços.

O ano é difícil, que não se compadece com tipos de soluções mais aventureiras, que coloquem em risco as diretivas da DGS. As escolas funcionam como uma bolha, de preferência turma a turma, sendo o pior a fazer, improvisar em 15 dias um horário que condiciona a vida de muitas famílias ao longo de um ano inteiro sem ter asseguradas as condições mínimas.

Disse que não por considerar demasiado arriscado, num ano em que não é possível ariscar, a razão foi apenas essa.

Nova intervenção do Sr. **Frederico de Carvalho** que referiu em relação à alocação do Sr. Presidente da Câmara que como é óbvio têm plena consciência que as sugestões não resolvem os problemas que são responsabilidades inerentes ao Ministério da Educação, nomeadamente na questão dos Assistentes Operacionais que é fundamental para que se mitigue ainda mais um ano.

Mas, o facto é que estão na Assembleia Municipal de Évora e é óbvio que existem responsabilidades da Câmara Municipal de Évora. Se há algum sítio onde se poderá contribuir para uma resolução do desgaste, do cansaço e por vezes desmotivação de toda aquela comunidade, seria na Assembleia. Esse foi o ensejo do Afirmar Évora, tentar fazer, aceitando que houve alguns progressos. Houve aumento das AECs, que ainda assim a comunidade gostaria que fosse superior.

Também se reconhece o assegurar de funcionários no refeitório, o que é mais um ponto positivo. Mas não se pode querer é que aqueles pais não se preocupem, e que todas as queixas são infundadas. Não se está em causa uma síndrome, efetivamente existem questões que devem ser resolvidas, eventualmente poderá haver mérito deste Executivo, porque mais nenhuma escola básica, se queixa



de problemas nas suas instalações. Mas há uma que se queixa porque tem problemas e numa situação particularmente difícil, pelo que a Câmara e o Executivo não podem deixar de acudir àquelas pessoas.

A Sra. **Ana Luísa Botto** interveio para perguntar se as reuniões que a Sra. Vereadora Sara Fernandes teve com os quatro agrupamentos do concelho, se para além da Proteção Civil Municipal também esteve presente a Autoridade Pública.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Nuno do Ó Cabrita** que teceu algumas considerações que considerou importantes, por terem revelado algumas imprecisões.

Com todo o respeito pelo documento afirmou que as preocupações constantes do documento eram de facto da Câmara, como tem sido comprovadamente, da Junta de Freguesia, dos professores dos alunos e dos pais. É uma preocupação de todos. Do que leu, concluiu que se tivessem conversado antes, algumas das imprecisões não constariam do documento.

Neste sentido, é importante ser-se sério nestas situações, para evitar criar situações desnecessárias.

Uma nota muito particular para o esforço dos pais, dos funcionários da escola e professores. Aquela escola tem na verdade, muitas condicionantes.

Afirmou não se poder ignorar o esforço feito pelas Autarquias. Lamentando que esse esforço não seja reconhecido minimamente. É evidente, que tem a ver com vontades políticas que surgem fora do âmbito da escola, que é onde se fala e se sabe do que se fala.

Em seguida, lembrou que até 2015 a escola não tinha um único pavilhão. Foi feito o existente em 2015 e construído pela Junta de Freguesia.

O acesso de que se fala agora, só era conhecido pela escola, nem a Junta de Freguesia, nem a Câmara sabiam desse acesso, e até ao momento não foram estas entidades informados sobre isso. Foram os pais que informaram e o Presidente da Junta teve uma informação paralela de uma funcionária, deixando-o sem perceber do que se tratava. Logo que houve conhecimento do problema, o mesmo foi corrigido no dia seguinte, como já explicou era uma porta traseira que não era utilizada e as únicas entidades que sabiam que a porta ia ser utilizada era a própria escola. Essa entrada é feita por um caminho pedonal, que até há pouco tempo não existia.

O problema da escola de São Mamede é enorme, tem 215 alunos, sendo que mais de 50% dos alunos não pertencem à freguesia.

A visão dramática da escola, não se reflete na vontade dos pais manterem lá os seus filhos, trata-se de uma escola muito apetecível, com limitações. É pena que o Ministério da Educação não perceba isso. São 3 pátios separados, o que em termos de vigilância é completamente diferente de ser apenas um pátio, o que obriga a muito mais pessoal do que seria normal, tendo 3 pátios e 9 salas todas distanciadas. Não funciona naquela nem funciona em nenhuma escola. A falta de pessoal é por demais evidente.

Todas estas imprecisões levantam várias questões relativamente ao texto que foi apresentado e difícil de aprovar.

O Ministério continua a olhar para estes assuntos com pouca atenção, deixando para os outros, empurrando para ver quem os vai resolver. A Câmara e a Junta têm resolvido muita coisa acima das reais competências de cada uma destas instituições, evitando uma situação verdadeiramente catastrófica como estava há anos atrás.

A Sra. **Ângela Caeiro** começou por lembrar que há cerca de um ano em Assembleia de Freguesia do Centro Histórico foi apresentada pelo PSD uma moção sobre um projeto para a Escola Básica de S. Mamede que foi reprovada com os votos contra da CDU e a abstenção do PS.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Há anos e anos que se anda com remendos na escola sem uma intervenção de fundo. Provavelmente irá continuar assim.

O PSD considera que o assunto deve ser debatido com o Ministério da Educação e ser incluído no orçamento e plano para 2021. `Sabe que a Câmara tem poucos recursos financeiros, que têm que ser bem geridos. Mas, sendo a educação o pilar base da sociedade, para a educação o dinheiro não pode faltar.

Referiu que iriam votar favoravelmente a moção apresentada pela Coligação “Afirmar Évora 2017”, reservando o resto do seu tempo para o deputado municipal que apresentou a moção.

O Sr. **José Maria Figueira** referiu que em face das informações do Sr. Presidente da Câmara, da Sra. Vereadora e do Sr. Presidente da Junta do Centro Histórico, necessariamente a moção como está construída, não havendo uma alteração significativa, nomeadamente a ausência do esforço que a Câmara tem feito em relação a esta escola, as questões do envolvimento das escolas sem justificação, as questões das obras, a questão do Plano de Contingência com toda a problemática que o envolveu, não se pode improvisar. Se nada é reconhecido, para a CDU não resta qualquer alternativa senão votar contra a moção.

O Sr. **Ananias Quintano** começou por dizer que compreendiam todo o esforço, que todos os concursos tinham problemas e atraso, só era pena que quando eram concursos da Câmara havia sempre atrasos por qualquer razão. Quando são concursos do Governo são desculpas. Isso não se entende.

Por outro lado, como foi referido pela sua colega, aquando da visita à escola, a moção da Coligação “Afirmar Évora 2017” foi comprovado pela visita. Por outro lado, considerou muito curioso ser a Coligação “Afirmar Évora 2017” que viabilizou a decisão do contrato do Ministério da Educação com a Câmara, estando de momento de costas voltadas.

A sua intervenção, foi no sentido de confirmar que iriam votar favoravelmente a moção.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Bruno Martins** afirmando que queria mesmo ser esclarecido no ponto em que é referido “...na abertura do presente ano letivo existiram manifestas falhas na escola básica de S. Mamede, nomeadamente na organização do espaço público, sinalética e planos de contingência. Não fossem os pais e encarregados de educação a corrigirem as insuficiências, não teria havido início de aulas segundo o calendário apresentado...” queria saber se foi exatamente assim.

Apresentou a sugestão de ser enviado ao agrupamento de escolas Severim de Faria os rácios apresentados.

Tendo em conta o Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu, referindo o seu art.º 33.º, ponto 2, que por decisão da Mesa cabe recurso para o Plenário que poderá decidir acerca do prolongamento de cada ponto da Ordem de Trabalhos. Sendo o atual ponto com bastante interesse, a Mesa coloca à consideração do Plenário, a duplicação dos tempos.

A proposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi aprovada, duplicando assim os tempos

Seguiu-se a intervenção do Sr. **João Simas** que começou por lamentar não ouvir falar do enorme trabalho que tem sido feito em relação às duas situações referidas, nomeadamente com a deslocação de pessoal que faz imensa falta noutras escolas.

Nunca antes, o Ministério da Educação deixou baixar o número de alunos por turma, bem como nunca se preocupou até ao momento em alocar mais concursos para o aumento de mais funcionários. Esperava que quem votou contra a moção anterior, pense e seja coerente



Nova intervenção do Sr. **Frederico de Carvalho** que relativamente à sugestão do Sr. Bruno Martins iria eliminar o destinatário.

Relativamente a outras questões levantadas, em relação ao Sr. José Maria Figueira, afirmou que se entendesse fazer um voto de louvor ao executivo, com toda a certeza não seria sobre este tema. Outros temas teriam acolhimento mais consensual.

Em relação à Escola Básica de S. Mamede, reiterou que existem problemas graves, tendo os mesmos sido corroborados por outras bancadas, que estiveram no terreno e conseguiram atestar o que está plasmado na moção.

Em relação a questões de não acolher aspetos positivos, claro que referiu aspetos positivos, nomeadamente o presente ano letivo em que houve uma melhoria na contratação para o refeitório, um pequenino aumento de reforço para as horas das refeições. Ainda assim o que lhe parece sério é que desde 2016 até ao presente, tem havido muita indecisão no atual Executivo. As melhorias são urgentes, são para ontem nesta escola.

Recuando a 2016, quando o Sr. Presidente da Câmara, em setembro do ano passado, falou da questão da arqueologia, quer se goste ou não, houve manifesta incúria dos serviços da Câmara Municipal, não acautelaram essa necessidade em projeto. Estão na Câmara todos os dias e certamente recebem pedidos de obras sabendo que têm que direcionar esses pedidos para parecer da DRCA, se carece para os privados, mas para os seus próprios projetos dos quais é promotora, a Câmara acha que está isenta dessa prerrogativa. A Câmara não agiu em tempo útil, o que causou ónus financeiro ao Município.

Em resposta ao Sr. Nuno do Ó Cabrita, voltou a dizer que reconhecia alguns progressos, que fez questão de mencionar em 2015, que ninguém pode retirar. A comunidade irá aferir, mais que os representantes políticos da comunidade para julgar todo esse trabalho.

Pedi desculpa, não poderia ser dito que não sabia da existência de uma porta com segundo acesso. Pode alegar sim que a Junta ou a Câmara não tinham conhecimento da degradação da via pública. Não faz sentido, afirmou. Se havia conhecimento do Plano de Contingência para a escola, não estava já a ser ponderada a entrada por aquela porta. Mesmo que não estivesse, trata-se de via pública e higienização da mesma. Não faz sentido o estado de degradação daquela via pública. A Câmara e a Junta são as responsáveis, afirmou.

O Sr. **Presidente da Câmara** voltou a intervir, referindo a existência de duas questões distintas, uma a preparação do ano, tendo sido feito esclarecimento por parte do Município com os Agrupamento para darem uma resposta. Esse esforço foi testemunhado na reunião da Proteção Civil em que estiveram presentes 3 dos 4 Agrupamentos, que entenderam deixar público e escrito à Câmara o seu agradecimento pela ajuda dada aos Agrupamentos, reconhecendo que não tinham muitas vezes condições para responder às exigências solicitadas.

Nesse esforço estão incluídos os Planos de Contingência que não cabiam ao Município. O Plano de Contingência da escola de S. Mamede ainda não foi fornecido. Percebendo e sabendo das dificuldades que a direção do agrupamento tem tido para responder à situação dramática, porque tem as normais das outras escolas além das suas.

Reconheceu que existem problemas, que podem ser identificados. Não é verdade que não tenha havido respostas. Tem havido respostas sim, a problemas estruturantes. Quem se lembrar daquela escola como estava, e como está agora, vê que foi dado um salto qualitativo, A criação do anexo, que não existia, é qualitativo. O arranjo do pátio, o arranjo das duas salas que estavam completamente degradadas, sem qualquer utilização, bem como a questão da relação com a Universidade, que não estava resolvida. Poderia continuar a falar de mais um conjunto de questões que formam um saldo quantitativo.



É claro que continuam a haver questões que preocupam, admitiu que se poderia ter feito mais, mas foi uma situação completamente anormal, em que, como é sabido, o município até à última hora, não tinha sequer conhecimento das diretivas do Ministério da Educação para a preparação do ano letivo. Nem as escolas nem o município sabia, mas ainda assim os técnicos e funcionários foram colocados a trabalhar com as escolas na tentativa de resolver os assuntos, é necessário ter a visão global de todos os problemas que já foram explicados em cada uma das escolas.

Identificando os problemas, só poderia dizer que tem sido feito um esforço enorme para procurar resolvê-los. Percebe também que cada uma das partes também faça o mesmo esforço mas há limitações que decorrem daquele espaço.

Pela sua parte, a Câmara irá procurar responder às situações, sendo necessário perceber a diferença entre AECS e Tempos Livres, foi discutido com a DGEST o desdobramento etc. Todas as questões foram discutidas e faladas e acompanhado tudo o que a DGEST foi dizendo sobre estas matérias.

É preciso aceitar as críticas, e fazer um esforço para em conjunto procurar uma solução, e não soluções unilaterais, porque não existem. Têm que ser encontradas entre todas as partes.

Em relação à arqueologia, lembrou que a Câmara tem arqueólogos e em relação à última obra não avançou porque havia um contacto e uma informação. Quando se avançou para a obra havia um dado arqueológico. Houve azar porque a sondagem arqueológica tinha sido feita ao da “*botica do convento*” que alterou todo o planeamento da obra dado que a sondagem identificada pela DRCA não reconhecia o conjunto de elementos que surgiram posteriormente.

Neste momento é necessário ouvir uns aos outros, como forma de ultrapassar uma situação, que não tem soluções definitivas e onde a incerteza é e continuará a ser muito grande. É preciso também, ter a paciência necessária, e ter a certeza da época difícil que se vive para se conseguir dar respostas.

Nova intervenção do Sr. **Nuno do Ó Cabrita** para dizer que percebe todas as preocupações com a escola, e que a sua responsabilidade com a limpeza pública é idêntica. E assim é, que logo que tiveram conhecimento da situação a limpeza foi feita de imediato. E que essa informação chegou de imediato aos pais no próprio dia, inclusivamente a alteração do Plano de Contingência para a porta das traseiras nunca foi comunicada, porque não sabiam da existência. Se há alguém responsável, só pode ser quem da escola sabia da sua existência.

Os pais eventualmente saberiam, mas o importante é que foi resolvido, não devia era ter chegado ao ponto em que estava.

Mas, se excepcionalmente este ano a Junta de Freguesia que todos os anos, nomeadamente aos primeiros anos costuma, explicar uma série de procedimentos sobre a cantina, e outros, sobre a coordenação, se esqueceu de nos convidar.

Ninguém vai chamar ninguém à responsabilidade, não é isso que está em causa, são todos responsáveis.

É absolutamente injusto (a forma como as críticas, que só têm uma explicação, fazer política no local onde não deve ser feita), não reconhecer o imenso trabalho que tem sido feito quer pela Câmara, quer pela Junta de Freguesia e também pela própria escola, que tem feito um esforço imenso, desde computadores a janelas, portas etc., estava tudo por fazer.

Consideram que a única escola no Centro Histórico deve continuar. É importante. Querem manter a escola e tudo será feito para a manter a funcionar. A responsabilidade é de todos, não há inocentes. É evidente que a limpeza que foi de imediato realizada, é uma responsabilidade pública. Havia uma limpeza nas escadas e alguns detritos. Pelos vistos a entrada que não era utilizada por pais, fornecedores etc, era utilizada para outras coisas que desconheciam. Se soubessem a limpeza teria sido feita antecipadamente. Havia quem soubesse, mas não comunicou!



A responsabilidade é de todos e, ou todos trabalham para uma escola no Centro Histórico melhor, como os progressos que se têm feito até agora ou então desiste-se da escola no Centro Histórico.

Afirmou ser a favor da Escola de S. Mamede a funcionar e foi nesse sentido que sempre trabalhou, para conseguir as melhores condições, só que a maior parte das condições exigidas hoje e as que vêm do Ministério não são possíveis de praticar, não há capacidade. Mas não se parou um minuto pela Escola de S. Mamede. Fazer joguinhos é que não resolve nada.

O Sr. **Bruno Martins** iniciou a intervenção referindo que infelizmente diretores e coordenadores de escolas andam muitos a querer fazer política onde não devem e de todas as cores políticas.

Fazer política é bom, fazer política partidária em locais não apropriados é que não.

A seguir fez a seguinte pergunta direta, se a escola recusou a ajuda da Câmara para a atualização do Plano de Contingência (foi o que percebeu)?

Em relação à possibilidade de desdobramento de horário e haver um aumento de atividades AECS percebeu que não era possível por diminuir a carga horária, sendo muito clara a DGEST sobre o assunto.

A Sra. **Vereadora Sara Fernandes** respondeu às perguntas muito telegraficamente, a Saúde faz parte do Conselho Municipal de Proteção Civil. Tanto na reunião do Conselho Municipal de Educação como no Conselho Municipal de Proteção Civil, a Saúde não esteve presente. Foram convocados, mas não estiveram presentes eventualmente estavam a resolver problemas mais sérios.

Sempre foram comunicados os Planos de Contingência à Saúde, e pensa mesmo que foi criada uma Comissão no âmbito da Proteção Civil Municipal, que inclui os Diretores de Agrupamento, a Proteção Civil Municipal, a Saúde e a Segurança Social, que passará a fazer o acompanhamento.

A abertura do ano letivo, foi feita pelos pais. A Câmara reuniu com os Agrupamentos no início de setembro, tendo percebido de imediato que nenhum estava a fazer os Planos de Contingência que tinham que existir. De imediato, começou-se a trabalhar nos planos e cada agrupamento criou os seus Planos de Contingência. A escola de S. Mamede tinha Plano de Contingência, esse Plano de Contingência não previa a questão da segunda entrada. Até ontem, não foi recebido a atualização do Plano de Contingência onde deve constar a entrada que está a ser utilizada, mas não consta no Plano de Contingência.

A organização do ano letivo dentro da escola, é feita pelos Agrupamentos e pela Direção da Escola. Existe uma linha de entendimento entre as várias entidades, a Câmara Municipal comunica com a Direção de Grupo.

Efetivamente, houve a diretiva de que não seriam autorizados os desdobramentos que pesou também na decisão da Câmara, dado ser muito clara a diretiva. Mas principalmente o que fez não aceitar a proposta, foi considerar que não estavam reunidas condições de segurança para garantir durante o ano letivo que todas as turmas saíssem, todos os dias, ou de manhã ou de tarde. Não havia espaços, não havia transportes nem pessoal qualificado para fazer os acompanhamentos. Sem a garantia destas condições, concluiu-se que não era aconselhável por ser perigoso.

No entanto, os equipamentos municipais foram disponibilizados para garantir o acompanhamento da Escola até ao Centro de Convívio da Câmara Municipal e regresso, higienização e vigilância nesse espaço e o acompanhamento das crianças às Alcaçarias. Foi isso que foi solicitado à Câmara, pelo Agrupamento, que disse que não queria o Centro de Convívio nem as Alcaçarias, se nas Alcaçarias apenas fosse feito o acompanhamento das crianças.

Até ao momento, tudo que o Agrupamento pediu para a Escola de S. Mamede foi feito, como a forma de evitar o congestionamento, nas casas de banho, em que foram contratadas 4 cabines portáteis com



ligação á rede de esgotos. Nenhum pedido foi feito que não tivesse resposta, por parte da Câmara, à exceção da reorganização do ano letivo, por motivos de segurança, como atrás referiu.

O Sr. **Nuno do Ó Cabrita** voltou a intervir para informar que a alteração traseira, uma segunda entrada, foi de tal forma que coincidia com o único acesso possível para os fornecedores da escola. Isso não foi previsto, porque quem fez a alteração não comunicou à Junta que tem a competência delegada de gestão dos fornecimentos à cantina.

O assunto foi resolvido falando com os fornecedores, um horário diferente da entrada dos alunos. Coincidiu no primeiro dia porque a Junta não sabia que a entrada dos alunos iria ser feita por aquela porta.

No que diz respeito à Junta de Freguesia, todos os pedidos estavam concutidos no dia 14 e não dia 17, Tudo que chegou à Junta foram resolvidas antecipadamente, pelos serviços operacionais de que a Junta neste momento já dispõe.

A Escola de S. Mamede não funciona por acaso, é uma escola recomendável, que tem problemas de fundo que o Ministério não vê, problemas estruturais, que são da própria construção do edifício.

O grande problema não são os espaços livres, mas sim os espaços cobertos.

O Sr. **Frederico Carvalho** referiu, relativamente à questão colocada pelo Sr. Bruno Martins, que tem absoluta confiança sem colocar em causa outras versões, que a situação em 14 de setembro do presente ano, não estava resolvida. Tiveram que ser os pais a dotar a escola de material e do seu tempo, para assegurar, toda a sinalética correspondente às questões de segurança, que careciam no Plano de Contingência. Os pais, a comunidade escolar, inclusivamente outra bancada que esteve presente, pode corroborar a versão, de que não estavam asseguradas as condições para o início do ano letivo, segundo as normas de Plano de Contingência que estavam previstas pelo Ministério da Educação.

O Sr. **Bruno Martins** considerou ser uma crítica aos Agrupamentos, por serem quem tem competência e não à Câmara, presumiu.

O Sr. **Frederico Carvalho** respondeu que a informação transmitida foi que teria que haver o assegurar do plano nas normas mínimas. Houve escolas que abriram sem qualquer problema com o novo ano letivo. Segundo a informação que lhe foi passada a Câmara não prestou o devido apoio à escola de S. Mamede.

A Sra. **Gertrudes Pastor** interveio para manifestar toda a solidariedade às Escolas de S. Mamede, em relação às dificuldades com que se debate, e lembrar que todas as escolas estão a sentir as mesmas dificuldades.

É natural, tendo em conta todas as especificidades do edifício, tem acompanhado a questão há muitas décadas, pode afirmar que a Escola de S. Mamede só continua a existir no Centro Histórico porque os Executivos se têm batido nesse sentido. Se assim não fosse não haveria Escola de 1.º ciclo há décadas. Retirando as especificidades desta escola os restantes problemas acontecem iguais, nas restantes escolas, com falta de espaço e falta de espaços cobertos. Os Planos de Contingência estão quase a ser alterados diariamente, não só pelas orientações, mas porque depois na prática a vivência dos alunos nas escolas, coloca questões novas todos os dias.

Também está nas escolas e para além de ter acompanhado as escolas da área da União das suas Freguesias, está numa escola enorme onde permanentemente estas questões se colocam. O próximo ano letivo será terrível, será como que uma bomba-relógio. Na sua escola tiveram que ajudar a adaptar





espaços, inventar refeitórios, concluindo-se que no final não funcionará bem em escola nenhuma. O facto dos alunos não se poderem encontrar bem como não haver espaços cobertos suficientes de forma a evitar que os alunos se juntem, faz parte de todas as escolas.

Para além da política e de outras questões, sente questões de paternidade e emoção envolvidas. Não se pode olhar apenas para uma escola, como referiu estão todas com os mesmos problemas, além das especificidades de cada uma das escolas.

Houve uma necessidade extraordinária de adaptação em todas as escolas.

A Sra. **Clara Grácio** começou a afirmar o seu carinho especial pela Escola de S. Mamede. As filhas andaram em S. Mamede e fez parte da Associação de Pais durante vários anos. Sabe o que era a Escola de S. Mamede e o que é atualmente a Escola S. Mamede.

É altamente injusto para quem acompanhou a evolução da escola, ouvir que não se fazem intervenções nos espaços, que não há investimento sério. Houve investimento sério e muito bem. Deve ser assim! Não é nenhum favor!

No momento que se vive, Planos que sejam irresponsáveis, não podem existir porque o mais importante nestas questões são os direitos e a segurança das crianças.

Quando um Plano é apresentado, mesmo que de forma voluntarista, bem-intencionada etc., para que se consiga melhorar, seria uma irresponsabilidade da autarquia aceitar uma situação dessas. Muita atenção.

O Sr. **Frederico Carvalho** começou por perguntar relativamente ao Plano de Contingência se era a Câmara ou não que tinha a responsabilidade pela gestão do espaço das instalações das Escolas;

Sendo a Câmara, responsável, na eventualidade de não haver Plano de Contingência, pode ou deve dar como abertas instalações em circunstâncias especiais da pandemia COVID se a CME poderia ser conivente com uma situação que pode por em causa dado os manifestos atrasos na comunicação do Ministério da Educação para as escolas e por sua vez das escolas para as autarquias de todo o país.

Voltou a perguntar se a Câmara se sentia confortável ao abrir aquelas instalações sem o Plano de Contingência. Alguma coisa foi feita, foi pedida colaboração, foi feito o diagnóstico por pais, docentes e funcionários que estiveram a trabalhar nas normas elementares para que o ano letivo pudesse abrir. Gostaria de ver esclarecidas todas as questões.

O Sr. **Bruno Martins** interveio para esclarecer o Sr. Frederico Carvalho que os Planos de Contingência são da responsabilidade das escolas. Não há nenhuma Câmara que possa fechar uma escola Voltou a perguntar se queria manter o parágrafo na moção. Recomendou de novo que o parágrafo fosse retirado por estar a fazer uma crítica à Câmara e à escola.

Em resposta o Sr. **Frederico Carvalho** referiu que tal como na primeira deliberação se propõe que se faça um período de reflexão ao destinatário. Ainda assim, faz todo o sentido que o parágrafo esteja incorporado por dois motivos, foi algo que aconteceu, independentemente de qualquer responsabilidade que fosse assacada a uma ou outra entidade e porque lhe foi garantido que foi solicitada colaboração à Autarquia. Não tendo havido agilidade para que os procedimentos fossem feitos em tempo útil com essa parceria.

O Sr. **Presidenta da Câmara** interveio para afirmar que o Plano de Contingência, única e exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação e do Agrupamento de Escolas. A Câmara não tem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

qualquer responsabilidade, disponibilizou-se a ajudar a fazer os Planos de Contingência com todos os Agrupamentos por estes reconhecerem não terem capacidade suficiente para os fazer.

O espaço da escola é da responsabilidade do Ministério, a Câmara não pode encerrar ou abrir. Cabe ao Agrupamento ou Direção da Escola determinar se sim ou não.

A Câmara deu resposta a todos os pedidos que os Agrupamentos fizeram, sendo claro haver casos que não foi possível fazer tudo que nos foi solicitado. A Câmara procurou responder a tudo.

Por tudo que disse, na Reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil, em que o único Agrupamento que não esteve presente foi do André de Gouveia, os outros três, incluindo o Agrupamento da Severim de Faria que inclui a Escola de S. Mamede, fizeram questão fazer esse reconhecimento público que consta em ata da Comissão Distrital da Proteção Civil. A Câmara não falhou em relação a esta matéria, e se tivesse acontecido, assumiria essa falha em plena Assembleia Municipal.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Vitorino Piteira** que agradeceu a oportunidade do esclarecimento deste ponto, elucidando-o para o seu sentido de voto.

Relembrou ainda, que em Nossa Senhora de Machede há uma sala vazia, que a qualquer momento pode ser utilizada pela comunidade escolar.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a proposta apresentada pela Coligação “Afirmar Évora 2017” **Resolução Urgente de Problemas Estruturais da Escola Básica de São Mamede**, foi aprovada, por maioria 19 votos favoráveis (13 PS, 4 PDS, 1 BE, 1 Afirmar Évora 2017) 12 votos contra (12 CDU) e 1 abstenções (1 MMPI), (com 32 presenças na sala).

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins: Para reforçar que votámos a favor por considerarmos importante o que está a ser deliberado.

Relativamente aos 3.º e 4.º pontos, julgo que o Executivo Municipal procura alternativas para dar respostas.

Concordamos com a maior parte das deliberações tomadas na Assembleia Municipal, ainda que tenhamos algumas dúvidas, em relação a algumas questões do preâmbulo que consta da proposta.

Declaração de voto do Sr. José Maria Figueira: A declaração de voto, deve ser a minha intervenção, e as questões que levantei nomeadamente em torno do não reconhecimento do esforço das autarquias em relação a este tema, da questão dos rácios e da responsabilização do Agrupamento de Escolas quando na verdade tem sido um Agrupamento que tem levantado estas preocupações, as questões levantadas com as obras, a justificação dos atrasos das mesmas, a questão do Plano de Contingência que ficou claro que houve a colaboração do Município, sem obrigatoriedade legal, desde o início de ajudar na sua elaboração.

Na verdade, são estas questões que estão colocadas nesta proposta de votação, que em nossa opinião, não têm qualquer justificação nem princípio.

## II

### PONTO 1 – 8º RELATÓRIO SEMESTRAL DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO/JUNHO 2020.

O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a intervenção a referir que era o Relatório Semestral do Planeamento Financeiro, documento na linha dos anteriores, e do que tinha sido por si referido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

anteriormente, correspondendo assim à execução e cumprimento no geral, do que é proposto no Plano Financeiro.

O Sr. **Adelino Fonseca** começou por dizer que para melhor compreensão remetia para a pág. 5 , em que é perceptível da análise ao documento que a percentagem de receita correntes é 38% face à prevista no Plano de Saneamento Financeiro, ainda que a receita do segundo trimestre esteja incluída, ainda assim é previsto um desvio desfavorável.

Perante esta previsibilidade gostaria de uma explicação mais clara para as dúvidas que têm.

Quais as medidas corretivas tomadas ou a tomar para anular ou minimizar o desvio, qual o impacto se prevê na execução do Plano de Atividades, a manter-se qual o impacto nas contas finais.

Em relação à despesa corrente a taxa de execução é de 37% o que significa que esta fraca execução proporcionou uma libertação de meios de natureza orçamental, perguntou assim, quais as ações que pretende o município implementar para aproveitamento da folga orçamental.

Prevê o Executivo propor alguma Revisão Orçamental canalizando disponibilidades orçamentais por força da fraca orçamentação da despesa corrente.

São factos e elações técnicas retiradas do documento analisado, mas que transmitem uma clara desaceleração e deficitária execução.com prejuízos para o desenvolvimento do concelho, o que é grave.

A Sra. **Ângela Caeiro** interveio para perguntar quais as medidas que estão a ser tomadas para prevenir a quebra de receitas resultantes da Pandemia COVID-19, e a nível do documento de recuperação financeira ainda continuam a existir muitos problemas.

Considerou curioso o atual Executivo estar a governar o Município como dois partidos há uns anos governaram o país em tempo de bancarrota e que ainda hoje são criticados. É difícil dizer “que não”, mas muitas vezes tem que ser. Como o PSD é um partido de contas certas, votará favoravelmente a proposta.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu, não ter começado pelo óbvio, pelo primeiro semestre marcado pela pandemia e pela quebra de receitas, em mais de 2 milhões de euros, não esquecendo também alguma quebra na despesa, que foi “atenuada” pelas despesas relativas à pandemia, que obrigou à criação de um Fundo de Emergência. É natural que o saneamento financeiro aceite que sejam traduzidas por essa situação.

Os investimentos previstos serão escrupulosamente garantidos porque apesar das dificuldades o Município, tem condições para poder garantir esses investimentos.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação o **8º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro / Junho 2020**, foi aprovada, por maioria 14 votos favoráveis (8 CDU, 3 PDS, 1 BE, 1 Afirmar Évora 2017, 1 MMPI) e 13 abstenções (13 PS), (com 27 presenças na sala).

### **PONTO 2 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES POR TEMPO INDETERMINADO.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Ao iniciar a apresentação da proposta, o Sr. **Presidente da Câmara** lembrou que corresponde ao compromisso sempre que fosse possível passar os postos de trabalho a prazo para tempo indeterminado.

Neste momento existem condições para abrir os concursos, para poder consolidar um conjunto de postos de trabalho a prazo, que podem passar a tempo indeterminado.

Não se verificando intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação o **Pedido de Autorização para Abertura de Procedimentos Concursais para Recrutamento de Trabalhadores por Tempo Indeterminado**, foi aprovada, por unanimidade (com 31 presenças na sala).

### **PONTO 3 – ADENDA AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA 2020 (POR PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA).**

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu tratar-se de mais uma proposta para cumprir um compromisso assegurado desde o início do mandato anterior, as variações que o Município recebe do poder central, são as que transfere para as Juntas de Freguesia.

Como foi impossível fazê-lo na altura por desconhecimento do Orçamento de Estado, será agora, cumprido o que foi assumido, sendo a variação igual ao que a Câmara recebeu da Administração Central.

Não se verificando intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Adenda aos Acordos de Execução Celebrados com as Juntas de Freguesia para 2020 (Por Prorrogação do Prazo de Vigência)**, foi aprovada, por unanimidade (com 31 presenças na sala).

### **PONTO 4 – PRORROGAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS DE PASSAGEIROS REGULAR NA CIDADE DE ÉVORA – PARECER DA AMT E A AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL**

Na apresentação da proposta o Sr. **Presidente da Câmara** lembrou que este assunto foi discutido na última Assembleia. A Câmara vem agora dar conhecimento do Parecer Favorável emitido pela Autoridade de Mobilidade e Transportes. Como o contrato passa de ano a autorização é necessária para que o contrato tenha efeito.

Como o assunto foi discutido anteriormente pela Assembleia, não voltaria á discussão.

Não se verificando intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Prorrogação dos Serviços de Transportes Públicos de Passageiros Regular na Cidade de Évora – Parecer da AMT e a Autorização do Compromisso Plurianual**, foi aprovada, por unanimidade (com 31 presenças na sala).

### **PONTO 5 – RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE ÉVORA DO 1.º SEMESTRE DE 2020.**

O Sr. **Presidente da Câmara** informou que à semelhança do que foi referido para o Plano Saneamento Financeiro está registado o impacto da pandemia, e que as Demonstrações Financeiras tiveram uma



alteração que resulta da aplicação do novo sistema de contabilidade pública, o que pode levar a algumas diferenças em relação às apresentações e as comparações podem ser diferentes dos documentos anteriores, face à obrigatoriedade legal de fazer um conjunto de alterações.

Por sua vez o Sr. **Adelino Fonseca** lamentou o facto do Sr. Presidente da Câmara não ter respondido às questões que colocou mesmo com várias interpretações, mas pela consideração que tem pelo Dr. Carlos Pinto de Sá, enquanto pessoa e enquanto Presidente da Câmara Municipal de Évora, não vai dizer nada mais sobre esse assunto.

Tinha algumas questões para colocar sobre o Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras, mas na perspectiva de que não irá ter respostas mais uma vez.

Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** informou que estava convencido que as informações que prestou, respondia às perguntas do colega Adelino Fonseca.

Poderia, se o entendesse, colocar questões que seriam respondidas.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu ter a Assembleia tomado conhecimento.

#### **PONTO 6 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.**

O Sr. **Presidente da Câmara** lembrou que toda a informação foi distribuída, referindo-se a outras informações.

Muito rapidamente deu conhecimento do que se viveu em termos de pandemia no concelho. Viveram-se situações muito preocupantes com o aparecimento de um surto num lar. Ao todo, 53 casos. Esse surto está controlado, há 7 dias que não há novos casos. Há outro surto em investigação na GNR em Évora, com 9 casos, cuja investigação não está completa. Positivo foi não haver contágios nos militares. Os casos que estão a aparecer são pontuais e estão a ser acompanhados pela autoridade da saúde.

Disse ainda que haja alguma sorte e capacidade para conseguir controlar a situação.

Por último deixou a seguinte nota, durante toda a crise, a sua maior preocupação não era a falta de equipamentos mas sim a falta de pessoal, não só no Alentejo mas em todo o país. Falta de pessoal também no que respeita à questão dos lares, É absolutamente necessário que se criem brigadas que estejam na retaguarda de forma a darem de imediato resposta que faltar.

Tudo tem a ver com a rapidez da resposta que foi possível dar de forma a travar as cadeias de contágios que poderiam ter sido muito perigosas.

Como boa notícia, referiu neste dia, foi apresentado e assinado o Acordo para um Projecto de Investimento para a Produção de um Avião em Portugal e uma empresa Brasileira que vai aumentar a sua capacidade de investigação e desenvolvimento, com mais 50 engenheiros nos próximos meses. É um programa a desenvolver em 5 anos, que poderá desenvolver 1200 postos de trabalho. É um avião com características específicas, para mercados específicos que será produzido, construído e montado quase na sua totalidade em Portugal em particular em Évora.

Manifestou a preocupação com o sucessivo adiamento e incompreensível da adjudicação do Hospital Central do Alentejo. Incompreensível porque o Presidente da ARS diz que lhe faltam dados para proceder à adjudicação, nomeadamente em relação aos compromissos. Não percebe, uma vez que existe mesmo o despacho da Sra. Ministra a dizer que o Sr. Presidente da ARS tem todas as condições





para proceder à adjudicação. O adiar da situação levará ao adiar do tempo que o processo levará a ser enviado para o Tribunal de Contas, bem como a protelar todo o processo. Teve oportunidade de transmitir ao Sr. Presidente da ARS que lhe respondeu ainda não ter sido transferido o dinheiro para a conta da ARS, e que dificilmente haverá qualquer despesa com o contrato durante 2020.

Deu ainda conhecimento da negociação da Câmara com uma Organização Internacional, sobre a realização no Alentejo e em particular em Évora de um Fórum Internacional que pretende discutir o futuro do turismo em todo o mundo, no futuro, previsto para o início de novembro em Évora, na Universidade. Outras informações serão dadas mais tarde.

A seguir, referiu outras iniciativas, como as relativas à Semana Europeia da Mobilidade em Évora, e com o arranque o Plano de Mobilidade, através de Conferência de Imprensa Digital com a apresentação do conjunto de tipologias que irá estar em discussão para o Plano de Mobilidade, com a participação de todos, será inserido no debate solicitado na Assembleia Municipal, com a recomendação à Câmara Municipal que assumisse.

Outra nota que queria deixar, refere-se ao espetáculo Solidário com Agentes Culturais e Técnicos de Cultura que aconteceram nos dias 18/19, que procuraram dar uma ajuda a pessoas que estão a viver com extraordinárias dificuldades. Foram recolhidos e distribuídos por essas pessoas, alimentos e outros apoios.

Em relação à remoção do amianto nas escolas, não sabe nem percebe de onde apareceu a informação de que o Município não estava disponível para essa remoção. O Município está disponível, para nas condições que o Governo na altura anunciou, com financiamento a 100%, retirar o amianto, desde que existam empresas que garantam as empreitadas, o Município está disponível, para ajudar o Governo a resolver um problema que tem muitos anos e que vários Governos, não conseguiram resolver. Lembrou que na última reunião de Câmara foi aprovada uma proposta de Acordo de Colaboração com o Governo, com duas pequenas alterações que têm exatamente a ver com a garantia de que estes projetos são financiados a 100%, com o compromisso de que se não houver empresa certificada (existem apenas 7) para realizar as obras, que o Município não fique com o ónus

Por último, informou que foi iniciada a elaboração das Opções do Pano e Orçamento para 2021, e a disponibilidade de conversações para todos poderem dar as suas contribuições para estes documentos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** que iniciou a intervenção a fazer o seguinte esclarecimento, de natureza pública que veio na comunicação social. Pensa que é do conhecimento de todos que o Presidente da ARS participou numa Comissão na semana passada. De acordo com a notícia, a adjudicação da obra ocorreria sem falta até final do ano. Que o atraso se ficou a dever à necessidade de uma reprogramação financeira por inerência de uma antecipação do atraso de execução por parte do grupo ganhador do concurso o que implicou a alteração do cronograma financeiro para estar em conformidade com o cronograma de execução física, o que implica também uma reunião do Conselho de Ministros, que teve que ser tomada em tempo oportuno.

Considerou assim razoável, fazer o esclarecimento sobre o que leu na comunicação social. Não acredita que a não sejam as palavras do Sr. Presidente da ARS.

Relativamente à informação do Sr. Presidente da Câmara, não iria colocar questões, não lhe ficaria bem, mas tinha que reiterar o que sempre disse “as palavras-chave destas informações são participação, acompanhamento, comunicação, revisão, reinício”.

Gostava que as palavras-chave do Executivo Municipal fossem “ação, concretização, combate, requalificação, vitalização, bem-estar social”.

Mas a informação acaba por ter alguma objetividade e ser de algum modo interessante, na medida em que ilustra a capacidade de gestão do concelho durante este período de gestão CDU.



O Sr. **Ananias Quintano** começou por referir que o Sr. Presidente um dia antes da Assembleia teve uma reunião com o Presidente da ARS. Acredita que dessa reunião traria alguma informação para dar na Assembleia e não o fez. Nessa altura, já era público o encurtamento do prazo o que levou que até ao final do ano tudo esteja resolvido para ser enviado ao Tribunal de Contas em janeiro.

Na passada reunião de Câmara foi falado na Revisão do PDM pelo que começou por perguntar se havia algum programa já definido, quem mais está envolvido, se, se preveem grandes alterações ao atual PDM ou apenas ajustes.

Sendo uma matéria muito importante para a cidade, perguntou se, se previa conversações com as outras forças políticas e com a sociedade.

O Sr. **Frederico Carvalho** interveio em primeiro lugar para enaltecer o Sr. Presidente sobre a notícia sobre o Projecto de Investimento para a Produção de um Avião em Portugal/Évora. Tendo em conta que se trata de um investimento essencial para o concelho e para a região, que reforçará o desenvolvimento da Região.

Em seguida referiu ter sido confrontado com dois utilizadores de veículos elétricos, que o informaram que muitos não estão em operacionais. Sabe que não são responsabilidade da Câmara. Estes dois utilizadores foram informados que a empresa que os tutela que entretanto passou a concessão para a GALP. O facto, é que a GALP os mandou falar na Câmara. Gostava de saber se é assim, até porque cada vez há mais veículos elétricos na cidade.

Outra questão está relacionada com o lixo. Na zona do MiniPreço é possível que os camionistas pernoitem naquelas bolsas de estacionamento e o facto é que a zona é uma autêntica lixeira. Pensa que deve ser verificado este assunto.

A seguir, referiu o Grupo Pró Évora relativamente à destruição de uma Anta referenciada na Herdade de Vale de Moura, Chamou assim a atenção para a destruição do Património Arqueológico lembrou a moção que a Coligação Afirmar Évora fez há algum tempo, com uma proposta de recomendação para que a Câmara, não sendo obrigatório, fizesse a sinalização desses monumentos, quando há pedidos de sementeiras, se algo foi feito e se os arqueólogos estão acompanhar estas situações, porque teme que se agravem situações deste género.

Foi abordado por um munícipe que lhe perguntou, se em 2019 foi elaborado um estudo para a fruição da Ribeira da Torregela relacionada com uma coima das Águas do Alentejo.

Considerou o Viveiro Municipal muito interessante, com grande diversidade de plantas com valores muito simpáticos pelo que sugeriu que o Município fizesse mais publicidade ao Viveiro Municipal com um incentivo à comunidade local.

A Sra. **Ângela Caeiro** lembrou que os idosos da Quinta da Sisuda no surto de COVID, foram transferidos para uma Residência Universitária. Se existir outro surto num lar, estando a decorrer o ano letivo para onde vão transferir os idosos ou os alunos.

Que Planos de Contingência têm ativos, o Sr. Presidente falou da falta de meios humanos, mas a nível de proteção individual não existem faltas.

A resposta da Câmara enquanto autoridade da Proteção Civil parece avulsa e talvez essa seja a razão da demora na transferência dos idosos.

Estão preocupados com a atividade económica e o aumento do desemprego, pelo que perguntou o que estava a ser feito para minimizar.

Em relação à ferrovia, o processo está a avançar sem garantia de nenhuma estação no Alentejo Central, a Câmara o que pensa fazer.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Perguntou ainda se a Câmara estava a preparar alguma candidatura ao processo Escola Digital na rede tecnológica

Refinanciamento dos Municípios.

Relativamente à Escola André de Gouveia, se não há nenhum avanço em relação ao projeto do Ministério da Educação, nada passados anos da geringonça.

Em relação ao projeto da Residência Universitária junto às Piscinas que está parado, quais as alternativas para a comunidade estudantil. Porque está parada e quais as alternativas

Qual o feedback dos comerciantes do Centro Histórico relativamente ao corte das ruas que estão em teste durante o fim-de-semana.

A Sra. **Clara Grácio** disse que iria referir-se à questão importantíssima do Hospital. O Grupo Parlamentar do PCP pediu uma audição ao Presidente da ARS, que ocorreu esta semana, na quarta-feira, pelo lamentável, inaceitável e irresponsável atraso da ARS na adjudicação à empresa para construção do Hospital.

A alteração deveria ter sido feita no primeiro semestre de 2020. A empresa comprometeu-se a terminar as obras 3 meses mais cedo, com o atraso, do Presidente da ARS, nem sequer existe a necessidade de apoio financeiro.

Não se percebe, é inaceitável. A adjudicação não é feita porque foi garantido que até ao final de 2020 não garantem que todos os procedimentos a seguir venham a tempo. E, o que pode acontecer é que o concurso perca a sua validade e se volte ao início.

É inaceitável que uma obra como o Hospital Central do Alentejo, com uma situação tão crua. É um equipamento imprescindível para a região, pelo que devem ser pedidas responsabilidades. Ouviu a audição parlamentar na 4.<sup>a</sup> feira á tarde onde as desculpas do Presidente da ARS foram as referidas.

O Sr. **Luís Ramalho** disse trazer uma exposição da Junta de Freguesia para apresentar sobre um investimento previsto de cerca de 500 mil euros, que passou a ler e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Jerónimo José** solicitou informação sobre o ponto de situação em relação à conduta e ao investimento nas Águas Centro Alentejo. Voltou a reforçar a situação das viaturas abandonadas que estão em parques de estacionamento.

No parque da Porta de Aviz, 3 ou 4 estão quase totalmente degradados. Mesmo não sendo fácil a remoção dos carros tem que haver uma solução. Nos Canaviais estão há mais de 1 ano e meio.

Finalmente foi resolvido o estrangulamento na estrada das Salvadas. Foi sucessivamente adiada. Mas finalmente foi libertado o estrangulamento.

Perguntou, em relação ao início do ano letivo, falta de respeito, pelo menos em relação ao presidente, sabe que foi feita uma reunião onde foi equacionada a possibilidade de alterar toda a sinalética do trânsito numa das zonas mais antigas da Freguesia. Só soube porque ouviu os fregueses a comentarem. Soube segunda-feira e terça-feira foram colocados os sinais- Ao ver a alteração percebeu que iria ser criado um problema porque se prevê na rua que dá acesso à escola estacionamento proibido em cada faixa. No passado já tinham solicitado proibição. de estacionamento do lado mais próximo da escola, mantendo o estacionamento do lado das casas, deixando as duas faixas, porque o pavilhão desportivo também fica junto à escola.

Para evitar uma má aceitação, sugeriu de imediato que do lado direito fosse colocado a proibição de estacionamento uma vez que daquele lado fica o jardim infantil. De 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> quando os pais vão levar e vão buscar os miúdos, das 8/10h e 16/18h, permitindo assim que os moradores pudessem estacionar



à hora do almoço e no final do dia, e ao fim-de-semana que não há escola tivessem estacionamento, sem entrar em conflito com a sinalética implementada.

Perguntou se foram criados locais de venda aos revendedores de produtos hortícolas- Tem constatado que alguns, já com alguma dimensão, ou se se deve à pandemia de forma a manter o afastamento em diferentes pontos da via pública, zonas de venda. Não sabe se é ou não permitido e se pagam alguma taxa à Câmara.

O Sr. **Adelino Fonseca** em resposta à Sra. Clara Grácio, informou que a questão dos cronogramas têm que estar compatíveis, não se resolve com atrasos ou avanços temporais. Resolve-se de acordo com compatibilidade num quadro orçamental e de acordo com o Código da Contratação Pública e do Código do Processo Administrativo.

O Sr. **Bruno Martins** afirmou que o Sr. Presidente da ARS do Alentejo tem que assumir e deixar de atirar areia para os olhos dos outros, já é habitual. Uma coisa é um concorrente de um concurso público aceitar sugestões, fazer uma proposta e segue-se a adjudicação. Pode, eventualmente haver um ajuste no programa financeiro. Pode ainda haver o que está em curso, uma reprogramação final para tentar aumentar o volume dos recursos comunitários.

Tudo isto nada tem a ver com a adjudicação, que já devia estar feita e o Sr. Presidente da ARS do Alentejo, não consegue explicar e tenta atirar com cronogramas financeiros, com uma confusão a mandar área para os olhos de todos. Já não cai nessas conversas.

Por último, deu os Parabéns à Câmara Municipal de Évora por ter apoiado a união áudio visual nos concertos dos dias 17,18 e 19 na Arena d'Évora e lamentar profundamente que existam trabalhadores na área da cultura que necessitem de sacos de comida para poderem sobreviver. Que raio de país é este!!!!

A Sra. **Florinda Russo** perguntou ao Sr. Presidente em relação ao Cemitério da Vendinha se já tinha algo para dizer. Supostamente estava tudo a andar, mas na realidade nada está a andar.

Em relação à antiga escola primária da Vendinha que está cedida a umas Associações, de que a Junta de Freguesia era a gestora, supostamente deixou de ser a Junta, pediu explicações sobre o assunto. Soube também que houve uma reunião com as associações sobre o assunto, para a qual a Junta de Freguesia não foi convocada nem convidada. Não sabe até hoje em que situação ficou a antiga escola da Vendinha.

Em relação ao Posto de Saúde de S. Manços solicitou apoio à Câmara para poder fazer as alterações Exigidas sem obter qualquer resposta. A Junta adiantou e falou com o Presidente do edifício para em conjunto arranjamem uma solução para as obras. Depois dessa reunião teve conhecimento que a Câmara entrou em contacto com o Presidente da Casa do Povo oferecendo-se para prestar todo o apoio necessário, sendo informado da reunião com a Presidente da Junta, solicitando á Câmara que perguntasse à Junta de Freguesia o que necessitava. Continua à espera de ser contactada.

O Sr. **Adelino Fonseca** respondeu ao Sr. Bruno Martins que há alentejanos que deixam entrar areia para os olhos, há alentejanos que têm conhecimentos para perceber como funcionam as coisas, há ainda alentejanos que infelizmente não conseguem atingir esse patamar.

O Sr. **Bruno Martins** interveio para dizer que fazia dele as palavras do Sr. Adelino Fonseca.



Perante as interpelações formuladas e o escasso tempo de que dispunha, o Sr. **Presidente da Câmara** sintetizou as explicações julgadas necessárias, que se passam a descrever:

- Relativamente à questão da adjudicação do Hospital, não há nenhuma razão para que não seja adjudicada, e o que é mais espantoso é dizer-se que o será até ao fim do ano.
- Relativamente ao PDM, arrancou a a fase de preparação do PDM e do PU. Está a ser feito o relatório de avaliação do atual PDM no sentido de identificar as necessidades de alteração. É um projeto que terá a ampla participação de toda a gente.
- Em relação aos carregadores elétricos existem de facto problemas com as concessões, que foram comprados por outra empresa e está muito baralhado. A Câmara está a tentar perceber que intervenção poderá a Câmara ter nesta situação.
- A questão da destruição da Anta é absolutamente lamentável. Mas ainda mais grave é ser feito com base para produção de amendoais super intensivos, que para além de destruir o património, estão a destruir a vida, a saúde das terras do Alentejo. Se não for visto devidamente, será transformado num enorme problema ambiental dentro de pouco tempo, já existe relativamente às populações. Quem for à Torre de Coelheiros ou outras zonas à noite, quando são feitas as pulverizações, verão o que se está a passar. Existem lobbys fortíssimos em relação a esta matéria. Pensa que talvez seja necessária uma discussão sobre o assunto na Assembleia Municipal porque é um gravíssimo atentado ambiental, que não pode ser apenas olhado do ponto de vista económico.
- Em relação à Ribeira da Torregela, existe um projeto no âmbito do LIFE que está em curso.
- Relativamente ao COVID-19, não houve nenhum atraso na resposta aos utentes. Cumriu-se exatamente o que a saúde determinou. A preocupação era no domingo ainda não havia equipa da segurança social para dar resposta. Se tivesse havido necessidade nessa altura de transferir os idosos, não havia equipa.

A saúde entendeu fazer duas avaliações em conjunto com o hospital e não houve nenhum atraso. Pelo contrário, foram feitas dadas respostas imediatas ao que a saúde colocou.

A Câmara tem outros equipamentos, o que se fez foi de forma que a saúde aferisse os equipamentos. Os equipamentos estão identificados, estão no Plano de Emergência mas não estavam certificados pela saúde. A Câmara tem um hospital de campanha que está pronto a ser posto em ação se houver necessidade. E procura-se outro equipamento para poder garantir eventuais problemas. A questão crucial é o pessoal, podemos ter um hospital de campanha com 100 camas, mas sem pessoal de que servem as 100 camas.

- Relativamente à atividade económica há várias que já referiu, a Câmara vai concorrer para a compra de computadores.
- Relativamente à Estação Ferroviária, estão a trabalhar com a IP, que finalmente acedeu a trabalhar com a Câmara,
- Em relação à André de Gouveia não há ainda projeto.
- As residências entregaram as especialidades e espera-se que possam prosseguir.
- O teste de corte de ruas está ainda a ser feito. Não há ainda avaliação. Mas existe já um documento diferenciado de cada uma das ruas.
- Investimento na Rede de Águas na última conversa que teve com o Presidente da Águas Vale do Tejo, garantiu que a obra seria lançada no início do próximo ano, ficando de se encontrarem com o administrador que queria aferir algumas questões, mas que não atrasariam o início das obras.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Informou também da negociação com as Águas Vale do Tejo uma estação de valorização de lamas de ETAR e da tentativa da implantação da mesma no concelho, que permitiriam produzir fertilizantes naturais para outras utilizações.

- Relativamente às viaturas abandonadas, existem dois problemas, quando têm matrícula, é um processo muito demorado e a segunda está relacionada com a colocação das viaturas e a sua remoção para as empresas que fazem o seu desmantelamento. Tem sido complicadíssimo e muitas vezes não há empresas a concorrer aos concursos para ficarem com as viaturas.
- Em relação à sinalética desconhece o assunto, afirmando que sem o conhecimento da Junta de Freguesia, é lamentável, irá analisar o que aconteceu. é óbvio que deveria ter sido tratado com a Junta de Freguesia.
- Os locais de vendas hortícolas, que estão a aparecer, é inaceitável. Já houve várias atuações da Câmara. Chegou-se à conclusão de que tem que haver atuação conjunta de várias entidades. Foi então proposta a essas entidades uma ação conjunta para terminar com esses abusos que são perfeitamente visíveis.
- Cemitério da Vendinha, não tem informação precisa de momento. A informação que tinha era que o processo estava a andar. No início da semana tentará recolher a informação para a poder transmitir.
- A questão da escola primária da Vendinha, a Sra. Vereadora teve uma reunião com uma das associações para perceber o que se passava. Está na procura de um conjunto de elementos para tentar resolver o assunto, que terá que passar por alguma definição de regras e por conversa com a Junta de Freguesia.
- O Posto de Saúde, a informação é de que está localizado na Casa do Povo que recebeu um pedido da Casa do Povo que depois desistiu. Não conhece outras situações.
- Afirmou estar espantado com a exposição da Junta de Freguesia relativamente ao Centro de Convívio, um projeto com vários diálogos, várias opções, agora o Sr. Presidente da Junta está aborrecido. Afirmou mais uma vez estar mesmo espantado com a exposição.

O Sr. **Luís Ramalho** interveio para dizer que cartas para a Junta de Freguesia sobre o assunto do Centro de Convívio, não recebeu nenhuma nos últimos 7 anos.

A Sra. **Florinda Russo** esclareceu que não foi a Casa do Povo que pediu o apoio, mas sim a Junta de Freguesia. Em seguida a Câmara solicitou ao Presidente da Casa do Povo que dissesse o que necessitava.

Em relação à Vendinha houve a reunião mas a Junta de Freguesia não teve conhecimento. Isso é inadmissível. Tudo que sabe foram as associações que lhe transmitiram

### SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Não se verificou nenhuma intervenção

### APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os **pontos I: 1 e pontos II: 1, 2, 3, 4, 5 e 6** desta Ordem do Dia, nos termos do n.º3 do art.º 57-º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas duas horas e vinte e três minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 25/06/2021, não tendo participado na deliberação 8 dos 33 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

**Não dispensa a consulta do documento original**

